

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE SINTRA
Entrada nº: 194
Data: 06 NOV 2019



Exmo. Senhor

Presidente da Assembleia Municipal de Sintra

Dr. Sérgio Sousa Pinto

Sua referência

Sua Comunicação

Nossa referência

Data

GAOM

05.11.2019

ASSUNTO: Proposta n.º 898-P/2019

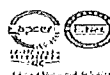
«Autorizar a cedência de utilização precária do imóvel municipal "Antiga Fábrica Pardal Monteiro" à AITPN – Associação para a Inovação e Tecnologia em Pedra Natura nos termos da minuta do acordo de cedência de utilização precária a celebrar entre o Município e a AITPN.»

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea i) do n.º 1 do artigo 25.º do RJAL, aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, solicito a V. Exa. que submeta a apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta acima indicada, aprovada na reunião de Câmara realizada a 5 de novembro de 2019.

Com os melhores cumprimentos,

O PRESIDENTE DA CÂMARA

Basílio Horta



CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA

DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL

(texto aprovado em minuta)

40

Nos termos do Art.º 57.º, n.º 3 e 4 do RJAL aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro; artigo 34.º, n.ºs 4 e 6 do Código do Procedimento Administrativo aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015 de 7 de janeiro, e da deliberação da Câmara, tomada na Reunião Extraordinária e Pública de 30 de outubro de 2017 que aprovou por unanimidade a Proposta n.º 824-P/2017, a Câmara aprovou em minuta o texto da deliberação tomada na **Reunião Ordinária de 05-11-2019**.

Proposta nº 898-P/2019, subscrita pelo Sr. Presidente, que se anexa:

VOTAÇÃO:

Aprovada por unanimidade e de acordo com as correções constantes da Ata.

Sala das Reuniões da Câmara Municipal de Sintra, em 5 de novembro de 2019.

O Presidente


Basílio Horta

O Coordenador Técnico


Vítor Castro



CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA

Somente para uso interno em virtude de Ata
de Reunião de Câmara de 05.11.2019 não se encontrar
ainda aprovada.
Cecília Fouseira
05.11.2019

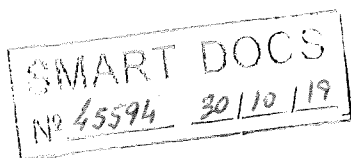
40. Proposta nº898-P/2019, subscrita pelo Sr. Presidente, que se anexa à presente ata (de fls.000 a fls.000) e dela faz parte integrante.

Submeter a deliberação da Assembleia Municipal a cedência precária do imóvel municipal “Antiga Fábrica Pardal Monteiro” à AITPN – Associação para a Inovação e Tecnologia em Pedra Natural, nos termos da proposta.

O Sr. Vereador Carlos Parreiras, referiu: Na 2ª página da Proposta onde se lê “Proposta nº 946-/2019” deve ler-se “Proposta nº 946-P/2018”.

VOTAÇÃO

A Câmara aprovou esta Proposta por unanimidade e de acordo com a correção introduzida.



Proposta n.º 898 - P/ 2019

Considerando que:

Ao abrigo do n.º 1 do artigo 23.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado e publicado em Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, constituem atribuições do Município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações;

O Município dispõe de atribuições no domínio do equipamento rural e urbano, património, ciência e promoção do desenvolvimento, ao abrigo do disposto nas alíneas a), e), m) e n) do n.º 2 do artigo 23.º do RJAL;

No âmbito das competências conferidas pelas alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º do RJAL, cabe à Câmara Municipal apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa, ou outra de interesse para o Município, assim com deliberar sobre a forma de apoio a entidades e organismos legalmente existentes nomeadamente com vista à realização de eventos de interesse municipal;

O n.º 1 do artigo 21.º do Regulamento do Património Imóvel do Município de Sintra estipula que o Município poderá ceder, para fins de interesse público, imóveis municipais a entidades públicas ou privadas e organismos legalmente existentes, mediante a celebração de um protocolo de colaboração ou outra forma permitida por lei, no qual serão definidas as obrigações assumidas pelas partes;

A AITPN tem como objetivos principais a inovação e a promoção do desenvolvimento tecnológico, logístico e operacional da indústria da pedra natural, a valorização e gestão dos recursos minerais em Sintra, a formação profissional e a internacionalização do setor, tendo



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL



Reunião de

05 NOV. 2019

Docº Agendado com o
Nº 40

como área de intervenção a circunscrição territorial do Município de Sintra, com particular destaque para a zona de Pêro Pinheiro;

Ao abrigo da Proposta n.º 742-P/2018, aprovada pelo Executivo em 3 de outubro de 2018, foi outorgado, em 05 de outubro de 2018, com a AITPN - Associação para a Inovação e Tecnologia em Pedra Natural (adiante AITPN), o Protocolo n.º 91/2018, visando enquadrar o apoio a conceder à referida associação no âmbito da atividade por esta prosseguida no domínio do fomento e reforço da indústria da pedra natural no Município, enquanto ativo estratégico municipal, nos termos do aludido protocolo (incluindo o documento estratégico que o integra), o qual se anexa faz parte integrante da presente Proposta;

Perante a sua importância histórica, cultural e urbanística, e mercê da Proposta n.º 946-/2019, aprovada pela Assembleia Municipal na sua reunião de 14 de dezembro de 2018, o Município adquiriu as antigas instalações da Fábrica Pardal Monteiro, em Pêro Pinheiro;

Conforme se lê nos considerandos da Proposta aprovada: "...Tal imóvel, uma vez reabilitado reunirá todas as condições para ser alocado à efetiva fruição e utilização da comunidade, mormente por via de um uso compatível com a sua natureza e valia arquitetónica, histórica e cultural, como sucederá com a concretização do projeto referente à STONECITI, a desenvolver no âmbito do Protocolo nº 91/2018 outorgado entre o Município e a AITPN-Associação Para a Inovação e Tecnologia Em Pedra Natural, constituída pela Assimagra e o Instituto Superior Técnico...";

Foi possível acordar as condições de cedência do imóvel adequadas aos interesses do Município;

Reunião de
05 NOV. 2019
Docº Agendado com o
Nº 40



A oneração de bens imóveis do domínio privado das autarquias locais obedece ao disposto no RJAL, sendo da competência da Assembleia Municipal a oneração de imóveis municipais não habitacionais, sempre que o valor do bem seja superior a 1.000 vezes a RMMG – 600.000,00€;

Nestes termos, compete à Assembleia Municipal aprovar os termos e condições da cedência;

Tenho a honra de propor, ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 33º, n.º 1, alínea cc) e do artigo 25º n.º 1, alínea i), ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado e publicado em anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que a **Câmara Municipal delibere aprovar submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal:**

A cedência de utilização precária do imóvel municipal “Antiga Fábrica Pardal Monteiro” à AITPN - Associação Para a Inovação e tecnologia Em Pedra Natural, nos termos da minuta do acordo de cedência de utilização precária que se junta e faz parte integrante desta Proposta.

Paços do Concelho de Sintra, 30 de outubro de 2019

O Presidente

[Assinatura Qualificada]	Assinado de forma digital por
BASÍLIO ADOLFO DE	[Assinatura Qualificada]
MENDONÇA HORTA DA	BASÍLIO ADOLFO DE
FRANCA	MENDONÇA HORTA DA
	FRANCA
	Dados: 2019.10.30 17:02:44 Z

(Basílio Horta)

Reunião de

05 NOV, 2019

Docº Agendado com o
Nº 40



N.º SM 45594/2019

Sintra, 29-10-2019 17:03:17

Assunto: Cedência da Antiga Fábrica Pardal Monteiro, em Pero Pinheiro, à AITPN - ASSOCIAÇÃO PARA A INOVAÇÃO E TÉCNOLOGIA EM PEDRA NATURAL

ANA RITA
SILVA GUERRA

Digitally Signed by ANA RITA SILVA GUERRA
DN: cn=ANA RITA SILVA GUERRA,
SERIALNUMBER=B100581130, o=ANA RITA,
sn=SILVA GUERRA, ou=Assinatura Qualificada
do Cidadão, ou=Cidadão Português, o=Cartão de
Cidadão, c=PT
Reason: Parecer
Date: 2019-10-29T17:09:55

Concordo. A consideração superior solicitando, em caso de concordância, o envio para RC para a qual se junta minuta de proposta.

RICARDO DAVID
PALMEIRA ABREU E
CASTRO

Digitally Signed by RICARDO DAVID PALMEIRA
ABREU E CASTRO
DN: cn=RICARDO DAVID PALMEIRA ABREU E
CASTRO, SERIALNUMBER=B100963247,
o=RICARDO DAVID, sn=PALMEIRA ABREU E
CASTRO, ou=Autenticação do Cidadão, ou=Cidadão
Português, o=Cartão de Cidadão, c=PT
Reason: Parecer
Date: 2019-10-29T17:44:13

Concordo. A consideração da Exma. Senhora Vereadora, Drª Piedade Mendes, solicitando o agendamento para reunião do Executivo Camarário

SUSANA CAETANO
DE SOUSA

Digitally Signed by SUSANA CAETANO DE SOUSA
DN: cn=SUSANA CAETANO DE SOUSA,
SERIALNUMBER=B102090900, o=SUSANA,
sn=CAETANO DE SOUSA, ou=Cidadão
Português, ou=Assinatura Qualificada do Cidadão,
o=Cartão de Cidadão, c=PT
Reason: Parecer
Date: 2019-10-30T08:55:41

Exmº Senhor Presidente

Solicito o agendamento da presente proposta para a reunião de Câmara.

[Assinatura Qualificada]
MARIA DA PIEDADE DE
MATOS PATO MENDES

Digitally Signed by (Assinatura Qualificada) MARIA DA PIEDADE DE
MATOS PATO MENDES
DN: cn=(Assinatura Qualificada) MARIA DA PIEDADE DE MATOS
PATO MENDES, SERIALNUMBER=PT-200019, o=MARIA DA
PIEADADE, sn=DE MATOS PATO MENDES, ou=VEREADORA -
Informação confirmada pela entidade de certificação após a data
de emissão e que não foi confirmada posteriormente a esta data.
ou=Certificação para Assinatura Qualificada - Assinatura Qualificada,
o=MUNICÍPIO DE SINTRA, c=PT
Reason: Parecer
Date: 2019-10-30T12:00:41

Reunião de

05 NOV. 2019

Docº Agendado com o
Nº 40

Assunto: Cedência da Antiga Fábrica Pardal Monteiro, em Pero Pinheiro, à AITPN - ASSOCIAÇÃO PARA A INOVAÇÃO E TÉCNOLOGIA EM PEDRA NATURAL

De: Rita Guerra

Para: Exmo. Chefe da DGPA – Dr. Ricardo Castro

Ao abrigo do n.º 1 do artigo 23.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado e publicado em Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, constituem atribuições do Município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações;

O Município dispõe de atribuições no domínio do equipamento rural e urbano, património, ciência e promoção do desenvolvimento, ao abrigo do disposto nas alíneas a), e), m) e n) do n.º 2 do artigo 23.º do RJAL;

No âmbito das competências conferidas pelas alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º do RJAL, cabe à Câmara Municipal apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa, ou outra de interesse para o Município, assim com deliberar sobre a forma de apoio a entidades e organismos legalmente existentes nomeadamente com vista à realização de eventos de interesse municipal;

O n.º 1 do artigo 21.º do Regulamento do Património Imóvel do Município de Sintra estipula que o Município poderá ceder, para fins de interesse público, imóveis municipais a entidades públicas ou privadas e organismos legalmente existentes, mediante a celebração de um protocolo de colaboração ou outra forma permitida por lei, no qual serão definidas as obrigações assumidas pelas partes;

A AITPN tem como objetivos principais a inovação e a promoção do desenvolvimento tecnológico, logístico e operacional da indústria da pedra natural, a valorização e gestão dos recursos minerais em Sintra, a formação profissional e a internacionalização do setor, tendo como área de intervenção a circunscrição territorial do Município de Sintra, com particular destaque para a zona de Pêro Pinheiro;

Ao abrigo da Proposta n.º 742-P/2018, aprovada pelo Executivo em 3 de outubro de 2018, foi outorgado, em 05 de outubro de 2018, com a AITPN - Associação para a Inovação e Tecnologia em Pedra Natural (adiante AITPN), o Protocolo n.º 91/2018, visando enquadrar o apoio a conceder à referida associação no âmbito da atividade por esta prosseguida no domínio do fomento e reforço da indústria da pedra natural no Município, enquanto ativo estratégico municipal, nos termos do aludido protocolo (incluindo o documento estratégico que o integra), o qual se anexa faz parte integrante da presente informação-proposta;

Reunião de

05 NOV. 2019

Doc.º Agendado com o
Nº 40

Perante a sua importância histórica, cultural e urbanística, e mercê da Proposta n.º946-/2019, aprovada pela Assembleia Municipal na sua reunião de 14 de dezembro de 2018, o Município adquiriu as antigas instalações da Fábrica Pardal Monteiro, em Pêro Pinheiro;

Conforme se lê nos considerandos da Proposta aprovada: "...Tal imóvel, uma vez reabilitado reunirá todas as condições para ser alocado à efetiva fruição e utilização da comunidade, mormente por via de um uso compatível com a sua natureza e valia arquitetónica, histórica e cultural, como sucederá com a concretização do projeto referente à STONECITI, a desenvolver no âmbito do Protocolo nº 91/2018 outorgado entre o Município e a AITPN-Associação Para a Inovação e Tecnologia Em Pedra Natural, constituída pela Assimagra e o Instituto Superior Técnico...";

Foi possível acordar as condições de cedência do imóvel adequadas aos interesses do Município;

Face ao exposto, somos a **PROPOR**:

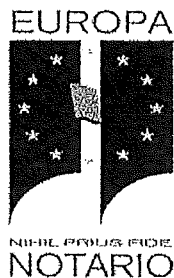
A cedência de utilização precária do imóvel municipal "Antiga Fábrica Pardal Monteiro" à **AITPN - Associação Para a Inovação e tecnologia Em Pedra Natural**, nos termos da minuta do acordo de cedência de utilização precária que se junta e faz parte integrante desta informação-proposta.

À consideração superior,

A técnica superior

(Rita Guerra)

Reunião de
05 NOV, 2019
Doctº Agendado com o
Nº 40



Notária
Marta Jorge
Cartório Notarial de Sintra
(Mem Martins)

CERTIFICA

Que, a fotocópia apensa a esta certidão está conforme o original, e contém **sete folhas**, por mim numeradas e rubricadas, que foi extraída neste Cartório da escritura exarada de folhas **trinta e cinco a folhas trinta e oito** do Livro de Escrituras Diversas **Setenta e Dois-A**, deste Cartório Notarial.

Mem Martins, quinze de fevereiro de dois mil e dezanove

A Notária,

Conta registada sob o PB 575 /2019

Rua Malva Rosa, 34 A, 2725-369 Mem Martins

Telefone: 21 926 16 90 Fax: 21 926 16 91

NIF 204145660

Email: martajorge.notaria@gmail.com

Reunião de

05 NOV. 2019

Docº Agendado com o
Nº 40

COMPRA E VENDA

____ No dia **quinze de fevereiro de dois mil e dezanove**, no Edifício dos Paços de Concelho, sito no Largo Doutor Virgílio Horta, em Sintra, perante mim, **Marta Susana da Costa Jorge**, respetiva Notária, do Cartório Notarial de Sintra, situado na Rua Malva Rosa, número trinta e quatro – A, Mem Martins, compareceram como outorgantes: _____

PRIMEIRO

____ **Jorge Manuel Rodrigues Galvão Jorge**, casado, natural da freguesia de Montelavar, concelho de Sintra, com domicílio profissional na Rua da Sociedade, número 30, Pero Pinheiro, Sintra. _____

____ Outorga na qualidade de **gerente** (com poderes próprios e delegados pelo restante gerente) em representação da sociedade comercial por quotas denominada **"EVENTUAL – SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES, LDA"**, com sede na Rua da sociedade, número 30, Pero Pinheiro, freguesia de Almargem do Bispo, Pero Pinheiro e Montelavar, concelho de Sintra, matriculada na Conservatória do Registo Comercial com o número único de matrícula e de pessoa coletiva **503.131.490**, com o capital social de cinquenta mil euros, qualidade e poderes que verifiquei por procuração e pela certidão permanente disponível no site www.portaldocidadao.pt, a qual consultei hoje, através do código de acesso **2612-6573-5074**, que me foi facultado, documentos que apresenta e **arquivo**. _____

SEGUNDO

____ **Dr. BASILIO ADOLFO DE MENDONÇA HORTA DA FRANCA**, casado, natural da freguesia de Santa Isabel, concelho de Lisboa, com domicílio profissional no Largo Doutor Virgílio Horta, em Sintra. _____ Reunião de _____

2 P

Que, outorga na qualidade de Presidente da **Câmara Municipal de Sintra** e em representação do **MUNICÍPIO DE SINTRA**, pessoa coletiva de direito público número **500.051.062**, com sede no Largo Doutor Virgílio Horta, Sintra, qualidade e poderes que verifiquei pela ata de instalação da Câmara Municipal, ata de instalação da Assembleia Municipal, ambas de vinte e cinco de outubro de dois mil e dezassete, já arquivados neste Cartório a instruir escritura lavrada a folhas setenta e um do Livro de notas número Cinquenta e Dois-A e pelas atas de deliberação da reunião ordinária da Câmara Municipal de quatro de dezembro de dois mil e dezoito, referente à proposta número 946-P/2018 e da Assembleia Municipal de catorze de dezembro de dois mil e dezoito, documentos que apresenta e **arquivo**.

Verifiquei a identidade dos outorgantes por exibição dos cartões de cidadão números 01280619 6 ZY3, válido até 08/07/2020 e 00315824 1 ZZ8, válido até 17/06/2019, emitidos pela Republica Portuguesa.

PELO PRIMEIRO OUTORGANTE, NA INVOCADA QUALIDADE, FOI DITO:

Que, pela presente escritura, a sociedade sua representada **VENDE** ao Município de Sintra, representado pelo segundo outorgante, livre de ónus ou encargos e devoluto de pessoas e bens, pelo preço de **SETECENTOS E VINTE E CINCO MIL EUROS**, (correspondendo ao artigo 4640 o valor de duzentos e trinta e nove mil oitocentos e setenta euros, ao artigo 4643 o valor de trezentos e treze mil oitocentos e vinte e cinco euros e dois centímetros, ao artigo 4637 o valor de dezoito mil oitocentos e quarenta euros e três centímetros, ao artigo 126 seção 1K o valor de cento e quarenta e seis mil quinhentos e quarenta e cinco euros e trinta centímetros e ao artigo 145 seção 1K o valor de

311

Liv.	721
Fls.	36
	<i>[assinatura]</i>

cinco mil novecentos e dezanove euros e sessenta e cinco cêntimos), o prédio urbano situado em Pêro Pinheiro, Avenida Torcato Pardal Monteiro, número 9, freguesia de Pêro Pinheiro, concelho de Sintra, descrito na Segunda Conservatória do Registo Predial de Sintra sob o número **mil setecentos e quarenta e um**, da referida freguesia, com a aquisição registada a favor da sua representada pela Apresentação trinta e um, de sete de março de dois mil e cinco, inscrito na matriz urbana sob os artigos **4640**, com o valor patrimonial de 462.538,10 €, **4643** com o valor patrimonial de 573.479,35 €, **4637** com o valor patrimonial de 119.217,62 € todos da união das freguesias de Almargem do Bispo, Pêro Pinheiro e Montelavar e na matriz rústica sob os artigos **126 da secção 1K (parte)**, com o valor patrimonial de 106,97 € e valor patrimonial tributário para efeitos de IMT no valor de 3.126,53 €, da união das freguesias de Almargem do Bispo, Pêro Pinheiro e Montelavar (anteriormente sob o artigo 126 seção K (parte), da freguesia de Pêro Pinheiro (extinta) e **145 da secção 1K**, com o valor patrimonial de 3,77 € e valor patrimonial tributário para efeitos de IMT no valor de 110,08 €, da união das freguesias de Almargem do Bispo, Pêro Pinheiro e Montelavar (anteriormente sob o artigo 145 seção K, da freguesia de Pêro Pinheiro (extinta)).

____ Que, em relação à parte rústica declara que a sociedade não possui outros prédios rústicos contíguos. _____

____ Que, a parte urbana se encontra excluída do sistema de certificação energética nos termos do artigo 4º do Decreto Lei número 118/2013 de 20 de agosto conforme declarações emitidas pelo Perito qualificado David Ribeiro (PQ01944), que exibiram: _____

Reunião de

05 NOV. 2019

Docº Agendado com o

Nº 40

_____ o artigo 4640 nos termos das alíneas a), c), e d) conforme declaração emitida em 10 de dezembro de 2018 e da alínea g) conforme declaração de ruína com o número SCE190245728 emitida em 13 de dezembro de 2018;_____

_____ o artigo 4643 nos termos das alíneas a), c), e d) conforme declaração emitida em 10 de dezembro de 2018 e da alínea g) conforme declaração de ruína com o número SCE190258429 emitida em 13 de dezembro de 2018;_____

_____ o artigo 4637 nos termos das alíneas a), c), e d) conforme declaração emitida em 10 de dezembro de 2018;_____

_____ **PELO SEGUNDO OUTORGANTE, NA INVOCADA QUALIDADE, FOI DITO:**_____

_____ Que aceita, para o Município de Sintra, a presente venda nos termos exarados nesta escritura, em cumprimento das deliberações tomadas em reunião de Câmara e em Assembleia Municipal, respetivamente de quatro e catorze de dezembro de dois mil e dezoito._____

_____ **DECLARARAM, AINDA, OS OUTORGANTES:**_____

_____ Que o mencionado preço foi pago mediante cheque número 3012257558, sobre a Caixa Geral de Depósitos S.A._____

_____ Que a presente venda não foi objeto de intervenção de mediador imobiliário._____

_____ Que, autorizam a recolha e registo dos seus elementos identificativos, bem como a reprodução dos seus documentos de identificação, que mantêm o caráter de confidencialidade._____

_____ **ASSIM O OUTORGARAM.**_____

_____ Esta despesa está cabimentada no orçamento municipal em gestão,

25 com o compromisso número 7819002083 relativo ao cabimento número
Reunião de

05 NOV. 2019

Doctº Agendado com o
Nº 40

17

Liv. 720

Fls. 37

7419002357.

____ A minuta desta escritura foi visada pelo Tribunal de Contas, Direção Geral, Departamento de Controlo Prévio, em 31 de janeiro de 2019, processo número 138/2019.

____ Os emolumentos devidos ao Tribunal de Contas, no valor de setecentos e vinte e cinco euros foram pagos conforme recibo número 352, emitido pelo Tribunal de Contas em 11 de fevereiro de 2019 e respetivo comprovativo de transferência efetuada a 8 de fevereiro de 2019.

____ **Arquivo:**

____ A mencionada procuração.

____ Certidão permanente disponível no site www.portaldocidadao.pt, a qual consultei, através do código de acesso **2612-6573-5074**, cuja impressão se arquiva.

____ As mencionadas atas relativas ao Município.

____ Declaração número 160.019.016.652.035, que mostra ter sido liquidado em 15 de janeiro de 2019, pela Autoridade Tributária e Aduaneira, o imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis, no valor 0,00 €.

____ Declaração de imposto de selo verba 1.1., que mostra ter sido liquidado em 15 de janeiro de 2019, pela Autoridade Tributária e Aduaneira, no valor de 0,00 €.

____ **Exibiram:**

____ Cadernetas prediais, obtidas em 15 de janeiro de 2019, via internet.

____ Certidão emitida pelo Serviço de Finanças de Sintra 2, em 3 de dezembro de 2018, da qual consta que foi efetuado pedido de retificação de áreas referente ao artigo rustico 126, seção 1K e que o mesmo se encontra

25

Reunião de

05 NOV. 2019

Docº Agendado com o

Nº 40

614

pendente de efetivação. _____

_____ As referidas declarações. _____

_____ Certidão emitida pela Câmara Municipal de Sintra em 20 de dezembro de 2018 da qual consta que para a parte urbana correspondente ao artigo 4640 foram emitidas as licenças de utilização número 300/1957 de 27 de setembro de 1957 para refatório e balneário e número 269/1958 em 16 de outubro de 1958, para barracão depois de ampliado, sendo as restantes construções anteriores a 7 de Agosto de 1951, data que dispensa a exibição de licença de utilização. _____

_____ Duas certidões emitida pela Câmara Municipal de Sintra em 20 de dezembro de 2018 das quais consta que a parte urbana correspondente aos artigos 4643 e 4637 são de construção anterior a 7 de Agosto de 1951, data que dispensa a exibição de licença de utilização. _____

_____ Certidão emitida pelo Serviço de Finanças de Sintra-2.Algueirão em 22 de novembro de 2018 da qual consta que a sociedade representada do primeiro outorgante tem a sua situação tributária regularizada. _____

_____ Declaração emitida pela Segurança Social em 4 de dezembro de 2018, da qual consta que a sociedade representada do primeiro outorgante tem a sua situação contributiva regularizada. _____

_____ **Consultei:** _____

_____ Certidão permanente predial, disponível no site www.predialonline.mj.pt a qual consultei hoje, através do código de acesso PA-1720-02788-111123-000126 que me foi facultado. _____

_____ Adverti os outorgantes de que se recusarem a prestar, omitirem ou falsearem as informações previstas no artigo 40º nº 1 e 2, do Decreto – Lei nº

15/2013, de 8 de Fevereiro, incorrem na pena prevista para o crime de desobediência. _____

____ Esta escritura foi lida aos outorgantes e aos mesmos explicado o seu conteúdo. _____

[Handwritten signature]

A Notária

[Handwritten signature]

Estatística: Verbete 2652 / 2019 *hp*

Conta registrada sob o nº PB. 575... / 2019 *hp*

Reunião de

05 NOV. 2019

Docº Agendado com o
Nº 40

Ana Rita Silva Guerra

Assunto: FW: Protocolo CMS - AITPN - instalações Pardal Monteiro
Anexos: Protocolo AAITPN - Pardal Monteiro original.docx; ATT00001.htm; Protocolo AAITPN - Pardal Monteiro.docx; ATT00002.htm; image001.png; ATT00003.htm

De: Pedro Amaral <pedro.amaral@tecnico.ulisboa.pt>

Enviada: 26 de outubro de 2019 15:18

Para: Ricardo David Palmeira Abreu e Castro <rcaastro@cm-sintra.pt>

Cc: Presidência C. M. Sintra <presidencia@cm-sintra.pt>; Maria da Piedade de Matos Pato Mendes <piedade.mendes@cm-sintra.pt>; Carlos Fernando Rodrigues Lourenço Fernandes <carlos.fernandes@cm-sintra.pt>; Rui Miguel Sérgio Mateus <rui.mateus@cm-sintra.pt>; Paulo Jorge Duarte Gomes <pgomes@cm-sintra.pt>; Miguel Goulão <mgoulao@assimagra.pt>; Jorge Martins <jorgemartins@tecnico.ulisboa.pt>; Telmo Silva <info@marmocazi.com>; rogerio.colaco <rogerio.colaco@tecnico.ulisboa.pt>

Assunto: Fwd: Protocolo CMS - AITPN - instalações Pardal Monteiro

Boa tarde Ricardo Castro,

Na sequência da nossa interação ontem durante presidência aberta (a qual agradeço desde já todo o vosso empenho), e tal como prometido, junto envio 2 versões iguais do protocolo para o qual reiteramos a nossa concordância (ver uma parte da troca de e-mails já realizada anteriormente). A primeira versão é anotada e a segunda já é sem anotações.

De acordo com o estabelecido ontem com o Sr. Presidente, no dia 10 de Janeiro de 2020 teremos a assinatura oficial do protocolo, bem como o lançamento oficial ao nível nacional e internacional do StoneCITI.

Agradecemos uma vez mais a vossa ajuda e dedicação pelo projecto,

Envio cumprimentos pessoais,
Pedro Amaral

Reunião de

05 NOV, 2019

Docº Agendado com o
Nº 40



Acordo de cedência de utilização precária a celebrar entre o Município e a AITPN - Associação Para a Inovação e tecnologia Em Pedra Natural

Considerando que:

Ao abrigo do n.º 1 do artigo 23.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, constituem atribuições do Município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações;

O Município dispõe de atribuições no domínio do equipamento rural e urbano, património, ciência e promoção do desenvolvimento, ao abrigo do disposto nas alíneas a), e), m) e n) do n.º 2 do artigo 23.º do RJAL;

No âmbito das competências conferidas pelas alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º do RJAL, cabe à Câmara Municipal apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa, ou outra de interesse para o Município, assim com deliberar sobre a forma de apoio a entidades e organismos legalmente existentes nomeadamente com vista à realização de eventos de interesse municipal;

O n.º 1 do artigo 21.º do Regulamento do Património Imóvel do Município de Sintra, estipula que o Município poderá ceder, para fins de interesse público, imóveis municipais a entidades públicas ou privadas e organismos legalmente existentes, mediante a celebração de um protocolo de colaboração ou outra forma permitida por lei, no qual serão definidas as obrigações assumidas pelas partes;

Ao abrigo da proposta n.º 742-P/2018, aprovada pelo Executivo em Reunião de Câmara de 03-10-2018, foi outorgado, em 05 de outubro de 2018, com a AITPN - Associação para a Inovação e Tecnologia em Pedra Natural (adiante AITPN), o Protocolo n.º 91/2018, visando enquadrar o apoio a conceder à referida associação no âmbito da atividade por esta prosseguida no domínio do fomento e reforço da indústria da pedra natural no Município, enquanto ativo estratégico municipal, nos termos do aludido protocolo (incluindo o documento estratégico que o integra), o qual agora se anexa e passa a fazer parte integrante do presente protocolo de cedência.

A AITPN tem como objetivos principais a inovação e a promoção do desenvolvimento tecnológico, logístico e operacional da indústria da pedra natural, a valorização e gestão dos

Reunião de

05 NOV. 2019

Docº Agendado com o
Nº 40



recursos minerais em Sintra, a formação profissional e a internacionalização do setor, tendo como área de intervenção a circunscrição territorial do Município de Sintra, com particular destaque para a zona de Pêro Pinheiro;

O Município há muito que havia sinalizado as antigas instalações da antiga *Fábrica Pardal Monteiro* como uma peça essencial da malha urbana de Pêro Pinheiro, outrora concebida e construída pelo arquiteto Porfírio Pardal Monteiro, personalidade ligada à atividade dos mármore no concelho de Sintra, nascido em Pêro Pinheiro em 1897, e precursor do modernismo em Portugal nos anos trinta do século passado, ligado pela família à indústria dos mármore, sendo autor de edifícios emblemáticos da cidade de Lisboa;

Tais instalações, simbólicas e marcantes de uma era e atividade relevante para a zona de Pêro Pinheiro, se encontram degradadas e sem uso, situação que urge resolver, de modo a que as mesmas possam ser alocadas à fruição e utilização da comunidade, mormente por via de um uso compatível com a sua natureza, com a inerente revitalização e desenvolvimento local;

Perante a sua importância histórica, cultural e urbanística, o Município adquiriu as referidas instalações.

No âmbito da execução do aludido Protocolo nº 91/2018 (e do respetivo documento estratégico), constatou-se que a concretização dos objetivos inerentes ao projeto que tem vindo a merecer o apoio do Município está dependente da efetiva alocação de um espaço polivalente que viabilize a instalação de um centro tecnológico e de promoção da indústria da pedra natural e, do mesmo passo, assegure a revitalização urbana da área territorial onde a AITPN desenvolve a sua atividade: a zona de Pêro Pinheiro.

Atendendo à localização das instalações da antiga *Fábrica Pardal Monteiro*, à sua natureza emblemática para a indústria da pedra natural e para a zona de Pêro Pinheiro e sua dimensão, as mesmas serão porventura a melhor solução para acomodar um projeto de tão relevante impacto para a comunidade e empreendedorismo locais como o atualmente em curso por parte da AITPN (conforme preconizado no âmbito do Protocolo nº 91/2018), com vista à implementação do polo tecnológico da *STONECITI*;

Reunião de

05 NOV. 2019

Docº Agendado com o
Nº 40



Entre,

O Município de Sintra, titular do cartão de pessoa coletiva de direito público n.º 500 051 062, com sede em Sintra, no Largo Dr. Virgílio Horta, representado neste ato por Basílio Adolfo Mendonça Horta da Franca, outorgando na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Sintra, com poderes necessários e suficientes para o ato,

E como segundo outorgante,

A AITPN- Associação para a Inovação e Tecnologia em Pedra Natural (adiante AITPN)

Vai ser celebrado de livre e esclarecida vontade o presente acordo de cedência de utilização precária do imóvel municipal conhecido por antiga *Fábrica Pardal Monteiro*, o qual se rege pelas cláusulas e condições seguintes:

PRIMEIRA CLÁUSULA

(Objeto)

Através do presente acordo, pretende-se estabelecer os termos e as condições da cedência de utilização precária do imóvel sito na Av. Torcato Pardal Monteiro, n.º 9, em Pero Pinheiro e é composto por vários edifícios e logradouro com a área total de 18626 m², descrito na 2.ª Conservatória do Registo Predial de Sintra, com a ficha n.º 1741 da freguesia de Pero Pinheiro, e inscritos na matriz predial urbana sob os artigos n.º 4637, 4640, 4643 da UF de Almargem do Bispo, Pero Pinheiro e Montelavar e pelos artigos rústicos n.º 126 e 145, ambos da secção 1K da União das Freguesias de Almargem do Bispo, Pero Pinheiro e Montelavar, à AITPN, com vista à instalação do Centro Tecnológico STONECITI e à concretização dos demais objetivos subjacentes ao Protocolo nº 91/2018 (adiante projeto).

SEGUNDA CLÁUSULA

(Prazo)

- 1.Considerando a natureza do projeto envolvido, o presente acordo vigora pelo prazo de 30 (trinta) anos a contar da sua outorga.
- 2.O presente acordo poderá ser renovado por idênticos e sucessivos períodos, mediante acordo prévio outorgado em adenda por ambas as partes e com uma antecedência mínima de trinta dias relativamente ao seu término.

TERCEIRA CLÁUSULA

(Obrigações do Município)

Para o desenvolvimento do projeto, o Município de Sintra autoriza à AITPN o uso temporário e gratuito do imóvel acima referenciado.

Reunião de

05 NOV. 2019

Docº Agendado com o
Nº 40



QUARTA CLÁUSULA

(Obrigações da Associação)

1. No âmbito do presente acordo a AITPN obriga-se a:
 - a) Alocar as instalações da antiga *Fábrica Pardal Monteiro* (adiante Instalações) à prossecução do projeto, instalando igualmente aí a sua sede, fazendo uma utilização prudente do imóvel;
 - b) Proceder ao início das obras e trabalhos de reconstrução e recuperação das Instalações e seu apetrechamento, no prazo de 30 meses a contar da outorga do presente acordo.
 - c) Concluir as obras, trabalhos e instalação de equipamentos, conforme referido no número anterior, de modo a que a plena utilização do imóvel se inicie no prazo máximo de 60 meses após a outorga do presente acordo;
 - d) Também no mesmo prazo previsto na alínea anterior, a AITPN deverá libertar a sala do Edifício Multiusos de Pêro Pinheiro por ela atualmente utilizada como sede;
 - e) Promover a reconstrução, recuperação, funcionamento, limpeza e segurança das Instalações, suportando todas as despesas incluindo as referentes a água, eletricidade, gás, telecomunicações e outras;
 - f) Coordenar junto dos serviços do Município todas as suas ações com relevância para o Projeto, devendo assegurar em permanência pessoal qualificado para fazer a guarda e segurança do imóvel e todos os seus pertences;
 - g) Fazer um seguro multirriscos que cubra todos os danos no imóvel municipal ou que possam resultar da atividade, funcionamento e obras a desenvolver no âmbito deste acordo;
 - h) Inserir o logotipo do Município de Sintra enquanto entidade apoiante nas campanhas de promoção ou de divulgação que realize a propósito do Projeto;
 - i) Solicitar ao Município de Sintra, nos termos da lei e dos regulamentos em vigor, autorização ou licenciamento para a realização das obras ou trabalhos, ficando a AITPN responsável por todos e quaisquer prejuízos que delas possam resultar e pela obtenção dos projetos e licenças que lhes sejam exigíveis;
 - j) Apresentar relatórios detalhados das atividades desenvolvidas, com periodicidade anual (ou sempre que exigido pelo Município) e sem prejuízo dos demais relatórios ou reportes decorrentes do protocolo nº 91/2018;
 - k) Cumprir, na íntegra, as obrigações decorrentes do presente acordo, na lei geral e nos regulamentos municipais;
 - l) No termo ou resolução do acordo entregar o imóvel ao Município em condições de perfeita utilização, com todas as obras que execute e benfeitorias inamovíveis que haja

05 NOV. 2019

Doctº Agendado com o
Nº 40



- nele realizado, sem direito a qualquer compensação, indemnização ou retenção, seja a que título for.
- m) Correm por conta da AITPN as despesas referentes ao pagamento de quaisquer taxas, tarifas ou impostos;
 - n) O Município de Sintra apreciará, nos termos da lei e dos regulamentos vigentes, os pedidos de isenção do pagamento de taxas e demais tributos municipais que lhe sejam formulados pela AITPN no âmbito da execução do presente acordo.
 - o) Serão da exclusiva responsabilidade da AITPN todas as atividades por ela realizadas nas Instalações ou em qualquer outro local, não impendendo sobre o Município qualquer responsabilidade relativamente a terceiros que as utilizem ou com quem a AITPN contrate no plano civil, jus-laboral ou outro.
2. Compete à Divisão de Gestão do Património, em primeira instância, verificar o cumprimento pontual do presente acordo, mediante relatório detalhado das ações desenvolvidas que confirmem esse cumprimento.

QUINTA CLÁUSULA

(Outras Obrigações)

- 1. A AITPN pode celebrar com terceiros contratos de cedência precária de espaços criados no âmbito da execução do presente acordo, desde que a respetiva utilização seja compatível com o objeto referido na primeira cláusula.
- 2. A cedência referida no número anterior, para além de precária, deve ainda ficar limitada à própria vigência e eficácia do presente acordo, assim como à obrigação prevista no número 4 da presente cláusula.
- 3. Para o efeito da verificação e comprovação do disposto nos números anteriores, a AITPN deve submeter a minuta dos eventuais contratos de cedência precária à prévia aprovação do Município, a qual deve emitir a respetiva pronúncia no prazo máximo de 30 dias a contar da solicitação formal.
- 4. O Município de Sintra pode usar o imóvel municipal gratuitamente, incluindo os espaços cedidos a terceiros pela AITPN, desde que tal utilização não colida com a atividade desta se insira nas atribuições do Município, assuma natureza temporária e seja comunicada com 1 (um) mês de antecedência.
- 5. O Município de Sintra fica desde já autorizado a entrar no imóvel e a promover todas as ações de fiscalização que entenda por convenientes para verificação do cumprimento do presente acordo.

SEXTA CLAÚSULA

(Incumprimento e resolução)

Reunião de

05 NOV. 2019

Doc.º Agendado com o
Nº 40



1. O presente acordo poderá ser resolvido por qualquer uma das partes, em caso de incumprimento grave e reiterado das obrigações decorrentes deste acordo ou por motivos de interesse público.
2. Considera-se que há incumprimento grave quando, no prazo de 30 (trinta) dias após comunicação, a parte faltosa não tenha sanado o incumprimento.
3. A comunicação da resolução será feita por carta registada com aviso de receção, para a sede da Segunda Outorgante, com 30 dias de antecedência da data pretendida para o fim do acordo.
4. Caso não aceite a resolução contratual operada pelo Município de Sintra, com fundamento em incumprimento, a AITPN apenas poderá fazer valer judicialmente o seu entendimento, não se podendo opor à produção dos efeitos próprios da resolução, nomeadamente a que o Município de Sintra reassuma a detenção material das Instalações a partir daquela data, ocupando-as ou dando-lhes o destino que entender, bem como a dispor dos bens nela existentes, incluído a sua venda ou doação.
5. Caso seja retirada à AITPN a disponibilidade sobre o direito à utilização das Instalações ou com a extinção da AITPN, o presente Acordo cessará de imediato, não podendo a Segunda Outorgante ou quem lhe suceda, reclamar qualquer indemnização ou compensação pelos prejuízos daí resultantes.

SÉTIMA CLÁUSULA **(Interpretação)**

Qualquer questão que venha a ser suscitada na interpretação, execução ou validade do presente acordo será dirimida por acordo entre as partes e, na falta de acordo, pelo tribunal competente.

OITAVA CLÁUSULA **(Alteração)**

O presente acordo poderá ser revisto a todo o tempo, desde de que, para tanto, haja acordo entre as partes.

PRIMEIRO OUTORGANTE
OUTORGANTE

SEGUNDA

Paços do Concelho, de 2019

Reunião de

05 NOV. 2019

Docº Agendado com o
Nº 40

Protocolo nº 91 / 2018

**Protocolo De Apoio À AITPN-Associação Para a Inovação e Tecnologia Em
Pedra Natural**

Considerando que a Associação AITPN-Associação Para a Inovação e Tecnologia em Pedra Natural (adiante designada por Associação) é uma pessoa coletiva de natureza associativa sem fins lucrativos e duração ilimitada, com sede em Pero Pinheiro, Sintra, cujo objeto principal visa a inovação e a promoção do desenvolvimento tecnológico, logístico e operacional da indústria da pedra natural, a valorização e gestão dos recursos minerais em Sintra, assim como a internacionalização do setor e a formação profissional associada;

Considerando a relevância do setor da pedra natural e dos recursos minerais para o Município de Sintra;

Considerando que a natureza das entidades que constituem a Associação (o Instituto Superior Técnico, da Universidade de Lisboa, e a Assimagra-Associação Portuguesa dos Industriais de Mármore, Granitos e Ramos Afins) torna-a num muito relevante agente a ter conta na concretização das políticas de fomento que a Autarquia tem vindo a implementar;

Considerando que a atividade desenvolvida pelas empresas da área da pedra natural se reveste de extrema importância para o fomento do desenvolvimento económico e

Reunião de

05 NOV. 2019

1



Handwritten signature and initials.

social local, assim como para a promoção da qualidade de vida das populações, desde logo ante a potencial criação de novos postos de trabalho;

Considerando que a criação de novos empregos e o inerente desenvolvimento local constituem elementos fortemente potenciadores da atração e fixação das populações;

Considerando que a atividade desenvolvida pela Associação, atendendo à sua relevância para a economia e o contexto social do Município, reclama o correspondente apoio por parte da Autarquia, não só no plano financeiro mas também no domínio logístico e da disponibilização de meios, com vista a potenciar os resultados dos objetivos prosseguidos.

Considerando que constituem atribuições do Município a promoção e a salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente no âmbito da promoção do desenvolvimento (ex vi do artigo 23º do Regime Jurídico aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro);

Considerando que compete à Câmara Municipal deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, assim como relativamente ao apoio a atividades de interesse para o Município (artigo 33º, nº1, alíneas o) e u), do Regime Jurídico aprovado pela Lei nº 75/2013).

Entre:

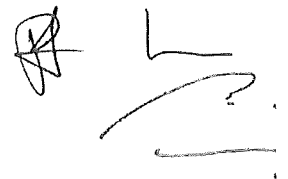
Reunião de

05 NOV. 2019

Docº Agendado com o
Nº 40



ALCAÇA DE SINTRA - ALCAÇA DE SINTRA - ALCAÇA DE SINTRA



Primeiro Outorgante:

Município de Sintra, com sede no Largo Dr. Virgílio Horta, 2710-501 Sintra, com o número de identificação de pessoa coletiva de direito público 500 051 062, neste ato representado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Sintra, Dr. Basílio Adolfo Mendonça Horta da Franca,

E

Segundo Outorgante:

AITPN-Associação Para a Inovação e Tecnologia em Pedra Natural, com sede social na Rua Casal dos Ossos, Edifício Multiusos, 2715-083 Pero Pinheiro, com o número de identificação de pessoa coletiva de direito público 514 682 167, neste ato representado pelos diretores da AITPN, Presidente da Direção Telmo Silva e Vogal Pedro Amaral.

É celebrado o presente Protocolo de Apoio, o qual se regerá pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª

Objeto

O presente Protocolo visa enquadrar o apoio a conceder pelo Primeiro Outorgante à Segunda Outorgante no âmbito da atividade por esta prosseguida no domínio do fomento e reforço da indústria da pedra natural no Município, enquanto ativo estratégico municipal, nos termos do documento estratégico anexo ao presente protocolo e que dele passa a fazer parte integrante.

Reunião de

05 NOV, 2019

Docº Agendado com o
Nº 40

3





Handwritten signature and initials in the top right corner.

Cláusula 2ª

Obrigações do Município

1- Pelo presente Protocolo, e com vista a apoiar a atividade desenvolvida pela Segunda Outorgante no âmbito material referido na cláusula anterior, compete ao Município:

- a) Atribuir à Segunda Outorgante o apoio financeiro total de cento e cinquenta mil euros, dividido em oito tranches;
- b) Disponibilizar à Segunda Outorgante, a título precário e enquanto vigorar o presente protocolo, a utilização de uma sala no Edifício Multiusos, sito na Rua Casal dos Ossos, na União de Freguesias de Almargem do Bispo, Pero Pinheiro e Montelavar, melhor identificada na planta anexa que faz parte integrante do presente protocolo, para instalação da sua sede;
- c) Prestar o apoio técnico a atividades desenvolvidas pela Segunda Outorgante e que estejam abrangidas pelo presente protocolo, na medida das disponibilidades e da conveniência dos serviços municipais competentes.

2- Os apoios a que se referem as alíneas b) e c) do número anterior serão disponibilizados à Segunda Outorgante mediante o critério e a oportunidade que concretamente vierem a ser unilateralmente definidos pelo Primeiro Outorgante.

3- A atribuição e correspondente transferência da verba referida na alínea a) do número 1 serão concretizadas em oito "tranches" iguais de dezoito mil setecentos e cinquenta euros cada, correspondentes a cada um dos trimestres a que se referem, disponibilizadas até ao 15º dia subsequente à entrega do relatório previsto no número seguinte.

Reunião de

05 NOV. 2019

Docº Agendado com o
Nº 40



MUNICÍPIO DE ALMARGEM DO BISPO
Rua da Igreja, 100 - 4705-001 Almargem do Bispo
Telf: 255 300 000 - Fax: 255 300 001

4- A entrega de cada uma das "tranches" mencionadas no número anterior é antecedida por um relatório das atividades desenvolvidas pela Segunda Outorgante, a elaborar por esta, do qual conste a identificação das atividades apoiadas e as ações efetivamente levadas a cabo em tal âmbito, por referência ao trimestre em causa.

5- As verbas de apoio, no total ou em cada uma das suas "tranches" poderão não ser entregues pelo Primeiro Outorgante no caso de incumprimento ou cumprimento defeituoso das obrigações que impendem sobre a Segunda Outorgante.

6- A execução do presente Protocolo será acompanhada pelo Gabinete de Apoio Empresarial (GAEM).

Cláusula 3ª

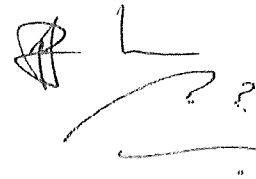
Obrigações da Associação

1-A Segunda Outorgante fica obrigada a desenvolver as atividades previstas na cláusula 1ª, mediante a adoção de procedimentos que assegurem a transparência e a igualdade de oportunidades dos destinatários.

2-A Segunda Outorgante fica obrigada a assegurar que a atividade apoiada pelo presente Protocolo tenha como destinatários empresas com sede ou instalações com postos de trabalho na circunscrição territorial do Município de Sintra.

3- A atividade a levar a cabo pela Segunda Outorgante deve veicular o apoio técnico, científico ou logístico aos respetivos destinatários, assim como a coordenação e a aplicação eficaz dos apoios provenientes de outras entidades.

4- A Segunda Outorgante deve elaborar os relatórios mencionados na cláusula segunda, assim como prestar todos os esclarecimentos adicionais que, no âmbito da execução do presente Protocolo, lhe forem solicitados pelo Primeiro Outorgante.



5- A Segunda Outorgante deve cumprir o enquadramento legal aplicável, sendo ainda responsável por todos os encargos com remunerações, equipamentos ou quaisquer outras obrigações decorrentes da sua atividade.

Cláusula 4ª

Responsabilidade

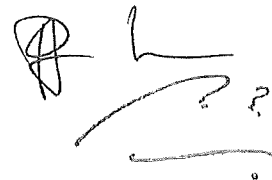
- 1- Impenderá sobre a Segunda Outorgante a responsabilidade por quaisquer sinistros ou prejuízos decorrentes do exercício da respetiva atividade, a qual deverá ser objeto dos respetivos contratos de seguro.
- 2- O Primeiro Outorgante não é responsável pela atividade exercida pela Segunda Outorgante nem pelos atos dos seus corpos sociais, dos seus colaboradores, das entidades que esta apoie ou dos terceiros com quem a mesma venha a contratar.
- 3- De igual modo, o Primeiro Outorgante não é responsável por qualquer evento gerador da obrigação de indemnizar ou outra, em resultado da atividade mencionada nos números anteriores.
- 4- O Primeiro Outorgante não tem igualmente qualquer responsabilidade ou obrigação de natureza jus-laboral, comercial ou outra relativamente às entidades com quem a Segunda Outorgante venha a contratar, designadamente fornecedores, trabalhadores e entes por ela apoiados.

Cláusula 5ª

Rescisão

- 1- O Primeiro Outorgante poderá rescindir o presente Protocolo em caso de incumprimento da Segunda Outorgante.





2- A rescisão prevista no número anterior determinará a não atribuição das tranches que ainda não tenham sido entregues pelo Primeiro Outorgante, assim como a restituição das verbas já processadas, no caso de o incumprimento se reportar ao período a que estas respeitem.

3. Sem prejuízo do disposto no número anterior, a rescisão do contrato determinará ainda a cessação da utilização da sala referida na alínea b) do nº 1 da cláusula 2ª.

4- O Primeiro Outorgante poderá ainda rescindir o presente Protocolo em virtude de disposição legal ou outro motivo imperioso e devidamente fundamentado.

5- A rescisão prevista nos números anteriores não confere à Segunda Outorgante nem a terceiros com quem ela tenha contratado, qualquer direito de indemnização ou de outra natureza.

Cláusula 6ª

Alterações

O presente Protocolo pode ser alterado a qualquer momento, mediante acordo expresso das Partes Outorgantes.

Cláusula 7ª

Vigência

O presente Protocolo vigorará pelo período de dois anos a contar da data da sua outorga, cessando automaticamente a sua vigência findo este período.

Reunião de

05 NOV. 2019

Docº Agendado com o
Nº 40

7



Cláusula 8ª

Execução e Interpretação do Protocolo

- 1- As questões emergentes do presente Protocolo serão dirimidas por acordo das Partes Outorgantes ou pela lei vigente, na falta desse acordo.
- 2- As Partes Outorgantes obrigam-se a cumprir e a fazer cumprir o presente Protocolo segundo os melhores ditames da boa fé.

A despesa resultante deste Protocolo no valor de €150.000,00 encontra-se cabimentada no orçamento municipal em vigor na classificação 01.02.00/04.07.01.04 e no Plano na rubrica 35/35.1.2018.160.1. Fundo 18091. Cabimento nº 7418007839. Ct-2018/18002362.

Para efeitos de cumprimento da lei número 8/2012, de 12 de fevereiro, e do Decreto – Lei número 127/2012 de 21 de junho, com as alterações vigentes, o compromisso válido e sequencial tem o número 7818007406, emitido a 04-10-2018, que se anexa, fazendo parte integrante deste Protocolo.

O presente Protocolo foi aprovado pela Câmara Municipal de Sintra na reunião de 03-10-2018, sob a Proposta nº 742-P/2018.

Dois Anexos

Reunião de

05 NOV. 2019

Docº Agendado com o

Nº 40

Feito em quatro exemplares, aos 05 dias de outubro de 2018.

O Primeiro Outorgante

??

O Segundo Outorgante

L. F. L.
R. M. A.

Reunião de

05 NOV. 2019

Docº Agendado com o
Nº 40

9



COMPROMISSO

Nº de COMPROMISSO: 7818007406

Data: 04.10.2018
Data do último ajuste de valor: 04.10.2018
Regime contabilístico aplicável - POCAL
Fonte de financiamento: AC 0,00 AA 100,00 FC 0,00
Descrição: PROTOCOLO - INDUSTRIA PEDRA NATURAL
Referência: 2018
Serviço Requisitante: GPR

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL

Orgânica:

01 Administração Autárquica
01.02 Câmara Municipal
01.02.00 Câmara Municipal

Económica:

D.04 Transferências correntes
D.04.07 Instituições sem fins lucrativos
D.04.07.01 Instituições sem fins lucrativos
D.04.07.01.04 Outros

PPI/AMR:

35 Outras Atividades Económicas
35.1 Empreendedorismo
2018.160 Startup Sintra
1 Trf correntes - ISFL

Entidade/Fornecedor: 1000019735 AITPN - ASSOCIAÇÃO PARA A INOVAÇÃO
TECNOLOGIA EM PEDRA NATURAL

Fundo: 18091

ORÇAMENTO DE 2018

Nº Doc. financeiro: 500010062
Nº Cabimento: 7418007839 PROTOCOLO - INDUSTRIA PEDRA NATURAL
Nº Processo: CT-2018/18002362
Compr. Antigo:

Valor Cabimentado:	18.750,00
Valor Compromisso:	18.750,00
Saldo de Cabimento p/ Comprometer:	0,00

Foi validada a existência de fundos disponíveis à data

COMPROMISSOS ANOS FUTUROS

Ano	Documento	Reunião de	Montante
2019	8818000715		75.000,00
2020	8818000716	05 NOV. 2019	56.250,00
Total Compromissos		Docº Agendado com o Nº 40	150.000,00

DATA IMPRESSÃO	HORA IMPRESSÃO	UTILIZADOR
04.10.2018	12:00:49	STSOUSA

Visto

Handwritten marks and signature in the top right corner.

StoneCITI

Sintra

DOCUMENTO DE ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA

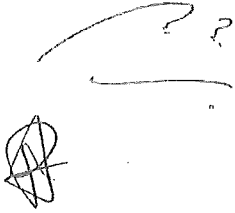
aiptn

(associação para **i**novação e **t**ecnologia na **p**edra **n**atural)



Reunião de
05 NOV. 2019
Docº Agendado com o
Nº 40

Reunião de
03 OUT. 2018
Docº Agendado com o
Nº E. O. 4



Reunião de
05 NOV, 2019
Docº Agendado com o
Nº 40

Reunião de
03 OUT, 2018
Docº Agendado com o
Nº E.O.4

enquadramento pág. 4

objectivos e motivação pág. 7

visão e missão pág. 8

estratégia pág. 9

orçamento pág. 15

Reunião de

03 OUT, 2018

Docº Agendado com o
Nº

E.O.9

Reunião de

05 NOV, 2019

Docº Agendado com o
Nº 40

enquadramento

Os recursos minerais, susceptíveis de aproveitamento e valorização encontram-se repartidos, em Portugal, um pouco por todo o território, sendo justo destacar o seu contributo para a criação de riqueza e o desenvolvimento do País, tanto mais que a realidade geológica abrange uma larga variedade de materiais que asseguram a sustentabilidade de recursos ao sector. Este facto, aliado ao know-how acumulado de aproveitamento de recursos minerais (minérios metálicos, rochas e minerais industriais e rochas ornamentais), representam um importante activo da economia portuguesa que importa reavaliar face às necessidades de abastecimento de matérias-primas das indústrias nacional, europeia e mundial, mas também à luz das novas tecnologias de prospecção, extração e transformação.

Essa condição de importante ativo económico para suporte e relançamento da indústria e economia europeias (*cf. Comunicação da Comissão Iniciativa Matérias-primas: atender às necessidades críticas para assegurar o crescimento e o emprego na Europa*) surge associada, nomeadamente, ao carácter exportador (sobretudo, minérios metálicos e rochas ornamentais), à criação de emprego e de VAB, com impactos económico-territoriais (em particular nos territórios de baixa densidade social e económica), e à dinamização de atividades relacionadas e de fileira.

As pedras naturais, susceptíveis de valorização económica, têm alimentado uma progressiva implantação de empresas transformadoras (e também de comercialização), em paralelo com a exploração dos recursos minerais metálicos em Portugal, tem vindo a ganhar uma nova dinâmica, nos últimos anos, com o surgimento de novos operadores no mercado nacional que já exploram ou se preparam para a exploração de novos materiais. Ambos os sub-sectores, ao longo das últimas duas/três décadas, proporcionaram novas condições de valorização dos recursos e têm permitido alicerçar uma base económica cada vez mais exigente em tecnologia, informação, conhecimento, qualificação dos recursos humanos e de marketing estratégico, por forma a garantir reforço de posicionamento competitivo a um ramo exportador de relevância económica no panorama da produção industrial nacional.

Em termos nacionais, o Sector da Pedra Natural é constituído por cerca de 1 700 Empresas de Extração e Transformação, que empregam directamente cerca de 16 000 pessoas. É um sector vocacionado para a exportação, estimando-se que 70% do que se produz seja para os mercados internacionais. É caracterizado ainda, em Portugal, como o sector que regista mais abrangência exportadora, quase para todo o mundo, registando-se actualmente vendas para 193 países e que, apesar da conjuntura internacional, regista um crescimento moderado. As taxas de exportação, por sua vez, contrariaram claramente a tendência recessiva observada no mercado nacional, tendo atingido no final de 2013 valores máximos históricos, mantendo-se firme a tendência nos anos subsequentes, o que revela que o sector se tem conseguido adaptar da forma correcta às novas exigências e paradigmas do mercado.

Os principais clientes são a construção civil e o Habitat. O peso da construção civil representa cerca de 70% da procura mundial, deparando-se, todavia, as rochas ornamentais com uma concorrência fortíssima por parte da cerâmica de pavimento e revestimento neste segmento de mercado específico.

Reunião de

05 NOV. 2019

Docº Agendado com o
Nº 40

Reunião de

03 OUT. 2018

Docº Agendado com o
Nº E.O.4

A nível mundial, o sector da pedra natural está centrado, no essencial, em dois grupos de países: na Europa, destacam-se Itália, Espanha e Portugal, na Ásia, salientam-se a Índia e China (incluindo-se também, mais recentemente, a Turquia). Convém sublinhar que a Europa detém uma posição de liderança na oferta mundial de rochas ornamentais, nomeadamente no que se refere à produção de mármore, enquanto a Ásia tem a supremacia no que concerne à produção de granitos. Ambas as áreas geográficas representam cerca de 80% da produção mundial de mármore e granitos.

A nível de mercados e produtos, as empresas portuguesas confrontam-se presentemente com a necessidade de consolidar e aumentar o grau de penetração nos mercados interno e sobretudo os externos, procurando situar-se em determinados segmentos-alvo e oferecendo complementarmente aos produtos normalizados *novos produtos* e com maior incorporação de design, por forma a estabelecer uma relação mais sustentável com os seus clientes.

No que se refere à tecnologia, as empresas têm realizado alguns investimentos de modernização tecnológica, seja ao nível da produção contínua ou linha direita, seja ao nível da produção descontínua ao nível da "cantaria industrial". A existência de Empresas de bens de equipamentos com visão empreendedora em Portugal, tem ajudado a que as Empresas Portuguesas de Pedra Natural sejam, a nível europeu, das mais avançadas tecnologicamente. Assim, a utilização das tecnologias de corte por jacto de água, das tecnologias de CN, CNC e robótica industrial, começa efectivamente a ser uma oportunidade para a produção automatizada e flexível.

Portugal é, no sector, largamente excedentário em termos de balança comercial, em cerca de 800%.

Contudo, mesmo perante este cenário global favorável o facto é que existem zonas do país, com uma forte tradição e história no trabalho com a Pedra Natural que, nos últimos anos, fruto de diversas variáveis e condicionantes tanto internas como externas, têm apresentado uma dinâmica contrária, como são o caso do Alentejo (Zona dos Mármore) e Lisboa e Vale do Tejo (Sintra - Pêro Pinheiro). Existe, portanto, uma necessidade de inverter a dinâmica que a fileira relacionada com a indústria da Pedra Natural tem verificado. É este cenário – o *da mudança dinâmica* – que se vive actualmente na zona de Sintra, nomeadamente na Área de Referência Estratégica (ARE) de Pêro Pinheiro. Das 370 empresas existentes, mais de 1/3 desapareceu em pouco tempo, sendo de esperar que uma parte muito importante do know-how criado nesta actividade possa desaparecer muito rapidamente se não existir uma intervenção rápida.

Importa por isso imprimir à dinâmica de mudança verificável, um *sentido de alteração estrutural favorável a inversão de tendência e percurso ganhador* no confronto com a globalização competitiva.

Nesse sentido há que estimular a dinâmica e vontade da maioria dos empresários de Sintra e do seu município para que Pêro Pinheiro possa voltar a ser um *pólo de referência nacional e internacional* no que se refere ao trabalho com Pedra Natural. Também, muito recentemente, o Centro Tecnológico da Pedra Natural de Portugal (CEVALOR), sediado em Borba, encerrou a sua actividade por condicionantes económicas diversas e que não eram consentâneas com a sua viabilidade enquanto Entidade do Sistema Científico e Tecnológico de Portugal de apoio a este sector. Com este encerramento, fica, contudo, um grande vazio no sector para o qual é necessário encontrar uma *resposta rápida, com foco e pragmática*, aproveitando estas dinâmicas de mobilização em torno de Pêro Pinheiro, dos seus Empresários, das suas Empresas e da atitude favorável observada na liderança da Câmara Municipal de Sintra.

Em virtude desta realidade, é de esperar que uma zona onde o domínio sobre a transformação da pedra ainda é um exemplo para o País, possa de forma progressiva ser substituída por outras zonas do País (e do mundo) que, apesar de tudo, não conseguirão ser tão abrangentes como na Área de Referência Estratégica (ARE) de Pêro Pinheiro. Essas mesmas zonas beneficiam

Reunião de

Reunião de

5

05 NOV. 2019

03 OUT. 2018

Doctº Agendado com o
Nº 40

Doctº Agendado com o
Nº E. O. 4

actualmente de um grande conjunto de medidas de apoio, cujos investimentos financiados ultrapassam em larga escala a capacidade financeira das empresas na região de Pêro Pinheiro. É também com este contexto de dificuldade de acesso a co-financiamentos do Portugal2020 em condições equivalentes às outras zonas do país que se vai dar início a este desafio e para isso há que encontrar formas de contrariar esta realidade, fomentando e potenciando todas as sinergias que possam surgir em torno deste sector. Está em causa uma indústria fundamental para o nosso país, não só para a construção, como para a reabilitação de património, e, em singularidade relevante, a identidade e memória da realidade produtiva e cultural do concelho de Sintra.

É na ARE de Pêro Pinheiro que, ao nível mundial, *é possível encontrar o conhecimento e as competências* para trabalhar e desenvolver trabalho em todas as classes de pedra existentes, dos mármore aos granitos, passando pelas novas pedras aglomeradas. É na ARE de Pêro Pinheiro que existe um calcário de excelência, fundamental para ser usado na futura reabilitação de edifícios e outras construções similares com carácter artístico ou arquitectónico em toda a zona da grande Lisboa (exemplo disso é toda a Baixa Pombalina) e que, sem o devido acompanhamento e necessária protecção do acesso ao recurso, pode deixar de ser aplicada por incapacidade técnica de extrair e transformar a pedra.

A necessidade de dignificar o trabalho tecnológico existente nesta indústria pode através desta iniciativa, garantir e facilitar os instrumentos que potenciam a riqueza capaz de ser gerada no concelho e, naturalmente, com impacto no País. A visão e ambição estratégicas, ancoradas em factos e verificações de oportunidade e tendência, justificam a afirmação de que *é possível mudar e imprimir à mudança* uma integração plena nos domínios da qualidade competitiva a projectar-se no País, na Europa e no Mundo.

É portanto necessária a criação de uma *entidade institucional* com densidade e carácter, que possa ser enquadrada como sendo pertencente ao *Sistema Científico e Tecnológico Português*, usufruindo de todos os apoios e vantagens que daí possam advir, nomeadamente o acesso ao Programa INTERFACE¹, recentemente criado pelo actual governo, com o objectivo de ajudar a capacitar a indústria Portuguesa e onde, justamente, foi considerada a integração do *Cluster dos Recursos Minerais* como parceiro e potencial beneficiário do Programa.

Reunião de

05 NOV, 2019

Doclº Agendado com o
Nº 40

Reunião de

03 OUT, 2018

Doclº Agendado com o
Nº E. 0.4

¹ PI – Programa Interface – Capacitar a Indústria Portuguesa. Consultar em: <http://www.programainterface.pt/pt>

objectivos e motivação

O enquadramento estratégico e os motivos centrais da Iniciativa, objectivam-se em matérias que importam,

- ao desenvolvimento local (Pêro Pinheiro);
- ao desenvolvimento regional (Sintra);
- ao impacto nacional (Portugal) e;
- ao posicionamento a escala internacional (mundo).

OBJECTIVO

Implementar por via da dinamização das empresas da região de Pero Pinheiro / Sintra e até 2018 uma *plataforma tecnológica sustentável* para o desenvolvimento global da indústria da Pedra Natural com base na INOVAÇÃO e FORMAÇÃO.

MOTIVAÇÃO

As empresas, de modo integrado e institucional, em planeamento e programação desejam contribuir com um conjunto de soluções de dinâmica empresarial em ambiente de cariz tecnológico, condição de reestruturação da dimensão e valor da indústria de transformação da pedra natural:

- numa abordagem necessária ao desenvolvimento local (Pero-Pinheiro);
- com uma visão integrada dos aspectos sócio-económicos da região (Sintra);
- que resulte em valor-acrescentado com impacto ao nível nacional;
- e consiga ser percepcionada numa escala internacional.

CATALIZADORES EMPRESARIAIS (equipa inicial)

Alcino Bento | construal@construal.pt | Construal
Américo Firmino | americo@marmoresgranja.pt | Mármore da Granja
Américo Urmal | urmal@urmal.com | Urmal
Arnaldo Roussado | info@roufimar.com | Roufimar
Carlos Portela | lc.granitos@sapo.pt | LC Granitos
João Romão | alfredo.juliao@avjuliao.com | Alfredo Julião e Filhos
Jorge Galrão | jgalrao@galrao.com | Mármore Galrão
Paulo Duarte | pauloduarte@lusorochas.com | Luso Rochas
Rita Figueiredo | geral@ajfigueiredo.pt | AJ Figueiredo
Rui Galrão | rui.galrao@granisintra.com | Granisintra
Telmo Silva | info@marmocazi.com | Marmocazi

CATALIZADORES INVESTIGAÇÃO, DESENVOLVIMENTO e INOVAÇÃO

Jorge Martins | jorge.martins@tecnico.ulisboa.pt | Instituto Superior Técnico
Pedro Amaral | pedro.amaral@tecnico.ulisboa.pt | Instituto Superior Técnico
Pedro Faria | pedro.faria@stork-composites.pt | STORK
Jorge Calado | jorge.calado@frontwave.pt | Frontwave

Reunião de

03 OUT, 2010

Docº Agendado com o
Nº

E.O. 4

Reunião de

05 NOV, 2010

Docº Agendado com o
Nº 40

Handwritten signature and initials.

visão e missão

VISÃO

Utilizar o potencial de conhecimento da fileira da pedra na Área de Referência Estratégica de Pêro Pinheiro | Sintra e transformá-lo em valor acrescentado para a economia metropolitana, regional e nacional nomeadamente contribuindo para o aumento da competitividade tecnológica e emprego qualificado na região com forte impacto no incremento das exportações nacionais e no reforço da afirmação do posicionamento global de Sintra.

MISSÃO

Dotar a região, a Área de Referência Estratégica de Pêro Pinheiro | Sintra, de estrutura local apoiada numa rede com fortes competências ao nível do desenvolvimento e inovação industrial ao nível nacional, formação técnica e divulgação científica e tecnológica e dirigida ao suporte e reforço da internacionalização da STONE SINTRA ECONOMY nos palcos da globalização competitiva.

Reunião de

03 OUT, 2018

Docº Agendado com o

Nº *E.O. 4*

Reunião de

05 NOV, 2019

Docº Agendado com o

Nº *40*

estratégia

Apresentam-se as necessidades identificadas – *suportes de actuações coordenadas* - e que alicerçam este documento de orientação estratégica.

As necessidades estão segmentadas nos seguintes eixos:

1. INOVAÇÃO E OUTROS FACTORES DE COMPETITIVIDADE

- Acesso ao Investimento Produtivo, com vista à inovação de processos e produtos);
- Potenciar a utilização e valorização dos desperdícios de Pedra para matéria-prima de construção;
- Terceirização de serviços tecnológicos especializados na pedra.

2. AQUISIÇÃO E TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO

- Formação de quadros médios ao nível de gestão da produção e tecnologia;
- Gestão da Produção - Fornecimento de um serviço conjunto às empresas que proponha acrescer a Racionalização da Produção (inclui a lógica de formação com uma fortíssima componente de "terreno");
- Gestão de Projectos com vista ao financiamento, com forte orientação para o acesso a financiamentos dos programas quadro da Comissão Europeia (actualmente Horizon2020 e futuros) e BEI (Banco Europeu de Investimento).

3. SOCIEDADE CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

- Iniciativas pró-mercado e sociedade com Pedra;
- Encontros técnicos e workshops
- Dinamização de actividades de turismo industrial e científico;
- Publicações Técnicas Especializadas.

A figura 1 ilustra e forma esquemática como se entende ser possível estabelecer a relação relativa à iniciativa, relacionando também os 3 eixos de necessidades identificados.

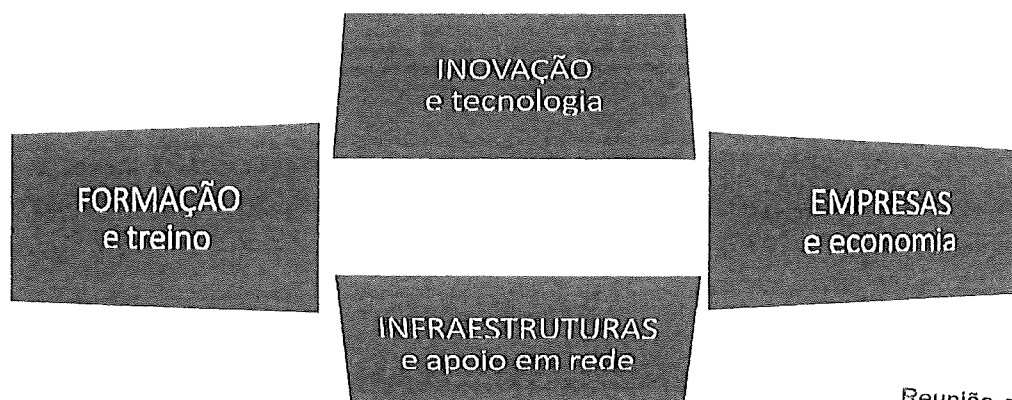


Fig. 1 - Esquema estratégico associado à iniciativa StoneCITI

Reunião de
03 OUT, 2010

Docº Agendado com o
Nº

E.O.4

Reunião de

05 NOV, 2010

Docº Agendado com o
Nº 40

Sob a liderança dos principais responsáveis das empresas da região de Pêro Pinheiro/Sintra, e com o objectivo de dar resposta às supracitadas necessidades, encontra-se criada e implementada uma **nova entidade** associativa (**ASSOCIAÇÃO para a INDÚSTRIA e TECNOLOGIA na PEDRA NATURAL – AITPN**) que envolve os seguintes parceiros:

- **ASSIMAGRA - RECURSOS MINERAIS DE PORTUGAL** ² – Associação Nacional Sectorial, a qual, através da participação responsável dos seus associados e empresários da região, irá liderar o projecto relativamente ao seu objectivo final;
- **ASSOCIAÇÃO CLUSTER - PORTUGAL MINERAL RESOURCES** ³ – entidade que representará, através da nomeação da sua direcção, a rede de Inovação ao sector da pedra natural e que, através do reconhecimento do IAPMEI, permitirá estabelecer a ligação a todas as entidades ligadas ao Sistema Científico e Tecnológico Nacional (PI – PROGRAMA INTERFACE), atribuindo ao presente projecto um carácter transversal ao nível nacional e Internacional;
- **IST - INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO** ⁴ – a entidade do ensino superior, integrada na Universidade de Lisboa (UL) com competências e capacidades para o desenvolvimento de actividades de I&DT, Inovação Tecnológica e suporte decisivo na dinamização das actividades de formação e treino especializado;

NOTA 1: sob a “alçada” da Associação Cluster e da Associação Empresarial, estreitamente articuladas e/ou complementares à actuação desta estrutura, iniciar-se-ão várias iniciativas, a nível nacional e internacional, que permitirão fortalecer ainda mais o desenvolvimento da atividade neste sector industrial, sobretudo as que estão relacionadas com as componentes de Inovação e Empreendedorismo Tecnológico e Formação e Promoção.

NOTA 2: prevê-se igualmente a integração desde a primeira hora da estrutura STARTUP SINTRA, a qual permitirá aceder a um conjunto de metodologias para análise e desenvolvimento de negócios, sobretudo aqueles que assentam em componentes de inovação e tecnologia. A sua integração pode ser implementada logo desde a primeira instância caso seja possível conciliar algumas das actividades iniciais a desenvolver, nomeadamente algumas a implementar pela ASSIMAGRA no âmbito de um instrumento de bolsas que apoiam a inovação.

² A Assimagra, é a associação que promove o sector na perspectiva empresarial e Industrial. Os seus projectos são para acrescentar valor ao negócio da pedra (agora alargada aos recursos minerais), quer por via da promoção, quer por via da qualificação daquilo que é realizado. Participa igualmente nos projectos associados ao desenvolvimento tecnológico quando isso é necessário para a realização de actividades não competitivas.

³ Portugal Mineral Resources é o cluster associado à componente mais política e organizacional de toda a atividade de inovação em rede. É a organização que está atualmente reconhecida como Cluster para o sector dos recursos minerais, o que implica uma perspectiva de potenciação e realização de projectos ligados à inovação, preconizando igualmente serviços de apoio ao desenvolvimento de projectos com financiamento no sector. Como exemplo desta atividade que realiza com as empresas, o Cluster já liderou a proposta de projecto mobilizador para o sector.

⁴ IST – Considerando a existência de um conhecimento tecnológico pleno ao nível de toda a cadeia de valor desta fileira (Minas, Materiais, Tecnologias - mecânicas e informáticas, Civil e Arquitetura, o IST colocou-se ao lado dos vários parceiros acima mencionados para desenvolver um trabalho de fundo ao nível de toda a atividade de inovação neste sector. Em particular, aproveitando o movimento das empresas da região de Sintra e o apoio da Câmara Municipal de Sintra, coloca-se como um dos pilares para o desenvolvimento da estratégia de inovação aplicada a implementar a partir da plataforma StoneCITI. Para além da sua participação muito ativa no projecto INOVSTONE 4.0, lidera iniciativas de carácter industrial para aplicação direta nas empresas, o que, usando um ambiente propício para esta implementação (como é o caso da plataforma acima mencionada), permitir-lhe-á fazer de forma rápida e sustentada mais trabalhos de projectos financiados, transferências de tecnologia e serviços de apoio ao desenvolvimento das atividades atuais e futuras deste sector.

Reunião de

05 NOV, 2019

03 OUT, 2018

10

Docº Agendado com o
Nº 40

Docº Agendado com o
Nº

E.O. 4

StoneCITI
Sintra

Para além do papel das entidades associadas, este projecto conta igualmente com o acordo institucional e parceria estruturante da **CMS - CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA**⁵- a entidade pública local que foi, é, e será charneira em todo o processo de articulação, harmonização e mobilização de recursos para o impulso no desenvolvimento económico do sector através desta iniciativa.

Para fazer face às necessidades diagnosticadas o projecto âncora a criar e implementar será organizada de acordo com a estrutura definida na Figura 2. Esta estrutura, a qual será denominada doravante por **StoneCITI** representa a forma organizativa como as várias entidades se organizam para irem de encontro aos objectivos centrais da Associação, sua missão e visão.



Fig. 2 – Eixos de actuação do StoneCITI

Tal como já foi observado anteriormente, o IST apresenta-se, desde a primeira hora, como um dos parceiros que está disponível a desenvolver criação de um projecto de INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, contribuindo desde logo com o investimento em recursos (humanos e físicos) os quais serão disponibilizados através de *projectos concretos* e que permitem ir de encontro às necessidades da indústria. Para além disso, criará as oportunidades para o desenvolvimento de unidades curriculares que poderão ser implementadas à medida que os meios técnicos e atividade de desenvolvimento passem a decorrer na *estrutura tecnológica local* a implementar.

⁵ A Câmara Municipal de Sintra através das empresas representativas da região, deu um input significativo para ser possível estabelecer na região uma entidade cuja finalidade é fundamentalmente funcionar como instrumento para a implementação de projectos de cariz tecnológico e que possam, por estarem junto das empresas, representar uma rápida transferência de conhecimento e propriedade. As diversas ações e desenvolver por esta plataforma passam sobretudo pela implementação em espaços adequados de projectos protótipo, piloto e demonstrações que sirvam para serem implementadas de forma rápida pela indústria. A existência de projectos financiados pelas empresas permitirá alavancar algumas das necessidades financeiras ao nível de equipamento e recursos-humanos, sendo que a CMS assegura as condições base para a existência das infraestruturas básicas e serviços mínimos associados.

05 NOV, 2019

Doctº Agendado com o
Nº 60

03 OUT, 2018

Doctº Agendado com o
Nº E.O. 9

Complementarmente, para além destas iniciativas e parceiros "fundadores", está ainda prevista a colaboração da START-UP SINTRA diretamente envolvida no apoio ao desenvolvimento de novas empresas de cariz tecnológico. Tal como, para o desenvolvimento de outras actividades e num futuro a médio/longo estar prevista estreita colaboração e parceria com outras entidades de ensino, centros tecnológicos e de saber científico e tecnológico.

Apesar de já existirem algumas actividades âncora previstas/perfiladas (âncora no sentido de serem estruturantes e alicerces a toda esta nova estrutura), o necessário detalhe das mesmas e o tratamento aprofundado dos aspectos relacionados com estas, serão objecto de trabalho aquando da realização, em oportunidade, do referente **Plano Estratégico e Plano de Negócios**.

O mesmo exercício terá que ser feito para todas as restantes iniciativas a configurar e estruturar, as quais, para além da sua própria definição, serão objecto de tratamento aprofundado, nomeadamente nas questões que se prendem com o acesso aos instrumentos de financiamento e sustentabilidade das mesmas, uma vez que esta Associação, *após a fase embrionária em que contará com o empenhado apoio da Câmara Municipal de Sintra*, deverá procurar rapidamente a sua sustentabilidade e "autonomização".

IMPLEMENTAÇÃO

Os 3 eixos principais do plano devem ser implementados de forma faseada num período que não poderá ser nunca inferior a 36 meses. Apesar do seu impacto apenas puder ser observado a médio longo prazo, qualquer um deles tem um carácter de urgência que está directamente relacionado e alinhado com os objectivos a curto prazo das empresas, principalmente aqueles que derivam da sobrevivência financeira.

Sintetiza-se, portanto, a implementação da iniciativa **StoneCITI**, de acordo com as fases de implementação definidas. Este **documento de orientação estratégica**, pelo facto de ainda prever a realização do Plano Estratégico, o Plano de Negócios, de Viabilidade e Sustentabilidade, centrar-se-á, mais adiante, apenas na **definição dos meios necessários para o desenvolvimento da Fase 1**.

FASE 1 – DESENVOLVIMENTO DO PROJECTO

- **Actividades/Tarefas:**
 - Masterplan de localização, infraestruturas e actividades;
 - Elaboração do Plano Estratégico e Plano de Negócios, de Viabilidade e Sustentabilidade;
 - Definição do Modelo de Gestão e implementação da Associação;
 - Trabalho junto dos Ministérios da Tutela para a obtenção de reconhecimento desta estrutura como Entidade do Sistema Científico e Tecnológico;
 - Definição, negociação e aquisição de espaço;
- **Duração:** 9 a 12 meses (pode estar sobreposto com a FASE 2 dependendo da negociação e aquisição de espaço).
- **Financiamento:** Câmara Municipal de Sintra, Empresas e Instituições envolvidas através da Associação.

Reunião de
05 NOV. 2019
Docº Agendado com o
Nº 40

Reunião de
03 OUT. 2018
Docº Agendado com o
Nº E.O.4

FASE 2 – IMPLEMENTAÇÃO DA INFRAESTRUTURA LOCAL

- **Actividades/Tarefas:**
 - Definição e Implementação das infraestruturas de acordo com projecto a definir;
 - Gestão do projecto de implementação da Infraestrutura Local;
- **Duração:** 12 a 18 meses;
- **Financiamento:** Câmara Municipal de Sintra, Empresas e Instituições envolvidas através da Associação.

FASE 3 – INÍCIO DO CENTRO DE INTELIGÊNCIA E TECNOLOGIA

- **Actividades/Tarefas:**
 - Desenvolvimento dos acordos de cooperação para os projectos em curso;
 - Implementação dos equipamentos e instalação dos recursos-humanos para as atividades de projecto em curso;
 - Gestão do projecto do Centro de Inteligência e Tecnologia;
- **Duração:** 6 a 9 meses
- **Financiamento:** Câmara Municipal de Sintra - na fase embrionária - e Empresas, Instituições de ID e outros elementos de interface; Portugal2020; Horizon2020

FASE 4 – INÍCIO DA UNIDADE DE FORMAÇÃO AVANÇADA

- **Actividades/Tarefas:**
 - Levantamento de necessidades de formação;
 - Definição e elaboração de protocolo com IEFP para a formação profissional de jovens;
 - Caracterização dos cursos e desenvolvimento dos conteúdos;
 - Elaboração de Dossier de Certificação como entidade Formadora - DGERT
 - Início das atividades lectivas;
 - Planeamento estratégico para o desenvolvimento lectivo ao nível secundário e superior.
 - Gestão do projecto;
 -
- **Duração:** 12 a 18 meses
- **Financiamento:** Câmara Municipal de Sintra - na fase embrionária – Empresas e Instituições de Ensino e Formação; IEFP; POCH

FASE 5 – INÍCIO DO CENTRO DE NEGÓCIOS E INOVAÇÃO

- **Actividades/Tarefas:**
 - Definição do modelo de gestão de espaço e ocupação em projectos;
 - Implementação das primeiras unidades de negócio das empresas;
 - Criação de incentivos à realização de novas empresas;
 - Gestão do projecto;
- **Duração:** 6 a 12 meses
- **Financiamento:** Empresas e incubadoras; Portugal2020, com apoio da Câmara Municipal de Sintra – em aspectos de desenvolvimento inicial do local de implantação.

Reunião de

0 5 NOV. 2019

Docº Agendado com o
Nº 40

Reunião de

0 3 OUT. 2018

Docº Agendado com o
Nº E.O.4

Abaixo apresenta-se o Diagrama de Gantt para melhor leitura e análise daquilo que é proposto.

	2017	2018				2019				2020		
	4º T	1º T	2º T	3º T	4º T	1º T	2º T	3º T	4º T	1º T	2º T	3º T
FASE 1												
FASE 2												
FASE 3												
FASE 4												
FASE 5												

Legenda:

Tempo efetivamente necessário
Tempo máximo necessário estimado

Reunião de

03 OUT, 2018

Doctº Agendado com o
Nº

E. 04

Reunião de

05 NOV, 2019

Doctº Agendado com o

Nº 40

orçamento

Neste documento de orientação estratégica para a criação e implementação do **StoneCITI**, apresenta-se orçamento detalhado, apenas para os primeiros 24 meses, correspondentes às Fase 1 e 2 uma vez que estas fases, para além de outras actividades e tarefas pressupõem a elaboração de um Plano Estratégico com a necessária profundidade, assim como de um Plano de Negócios, de Viabilidade e Sustentabilidade. Neste último será então definido, com o necessário detalhe os orçamentos para as restantes fases de implementação.

Para além disso, o início de actividades já perfiladas a incluir na estrutura, o desenho de novas bem como a obtenção das soluções de financiamento para o desenvolvimento das mesmas, deverá permitir, de forma gradual, que a *Associação se liberte da exclusiva dependência* do apoio da Câmara Municipal de Sintra.

Nesta fase embrionária, os custos de exploração, centram-se muito na Gestão do Projecto, com o pressuposto de se optar por uma estrutura mínima de gestão administrativa associada à **StoneCITI**, que estará implicada de forma transversal em todas as fases deste projecto, as suas Actividades e Tarefas.

De acordo com o modelo inicialmente discutido, este financiamento será suportado, inicialmente, pela Câmara Municipal de Sintra (24 meses), sendo posteriormente financiado parcialmente pelos modelos de financiamento diversos que implicam a continuidade deste projecto no local. Por uma questão de defesa da sua propriedade, sugere-se que o Município de Sintra deverá manter, de forma contínua, uma ligação financeira ao projecto **StoneCITI**, permitindo assim uma monitorização do processo também em relação à sua própria estratégia.

ORÇAMENTO PRIMEIROS 24 MESES

R1 - RECURSOS HUMANOS

Prevê-se uma estrutura de gestão com um máximo de 2 pessoas, ou seja, um cargo de Direcção Executiva e um cargo de Assessoria Operacional de Direcção. Estas duas pessoas deverão ter a capacidade para assegurar as actividades e tarefas a realizar. Os valores que abaixo se apresentam são valores a custo por ano.

- Direcção Executiva: 43.750,00 €/ano
- Assessoria de Direcção: 26.250,00 €/ano

SUBTOTAL (24 meses): 140.000,00 €

Reunião de

03 OUT, 2018

Docº Agendado com o

Nº

15.12.4

R2 - CUSTOS INICIAIS COM EQUIPAMENTO ESCRITÓRIO

Estes custos estão previstos serem gastos de forma independente do espaço a desenvolver durante o projecto **StoneCITI**. O local e meios associados a este custo deverão ser ajustados entre a Associação e a Câmara Municipal de Sintra tendo em conta a optimização de recursos que normalmente é implementado neste tipo de projecto.

Reunião de

05 NOV, 2019

Docº Agendado com o

Nº 40

- Mobiliário: 2.000,00 €
- Equipamento Informático (Computadores + NAS + WI-FI Extenders, etc): 4.000,00 €
- Impressora Multifunções: 500,00 €
- Outros custos iniciais pontuais (instalação equipamentos + cablagem + extensões + etc): 1.000,00 €

SUBTOTAL: 7.500,00 €

R3 – CUSTOS GERAIS DE EXPLORAÇÃO

Tal como se descreveu anteriormente, a existência destes custos está prevista para um funcionamento normal da atividade, não contando logicamente com custos de espaço / infraestrutura.

- Água: 360,00 €/ano
- Electricidade: 1.500,00 €/ano
- Comunicações: 1.000,00 €/ano
- Consumíveis: 1.000,00 €/ano
- Manutenção equipamentos: 1.000,00 €/ano
- Serviços de Contabilidade e TOC: 2.500,00 €/ano
- Cloud Backup e Website: 400,00 €/ano

SUBTOTAL: 15.520,00 €

R4 – DESLOCAÇÕES

A forma como rapidamente o projecto irá escalar ao nível nacional e internacional implica uma enorme disponibilidade de deslocações para ser possível atrair à estrutura a implementar o conjunto de investimentos que se prevê realizarem na região de Sintra.

- Deslocações Nacionais: 9.000,00 €/ano
- Deslocações Internacionais: 5.000,00 €/ano

SUBTOTAL: 28.000,00 €

R5 – ESTUDOS

- Subcontratação de Apoio à Elaboração do Plano Estratégico: 7.500,00 €
- Subcontratação de Apoio à Elaboração do Plano de Negócios: 10.000,00 €

SUBTOTAL: 17.500,00 €

TOTAL GERAL (24 meses): 208.520,00 €

Reunião de

03 OUT, 2018

Docº Agendado com o
Nº

E.O. 4

Reunião de

05 NOV, 2019

Docº Agendado com o

Nº 40

Para facilidade de leitura e análise apresenta-se abaixo o mapa resumo dos custos. A Associação prevê a possibilidade deste apoio (ao nível de algumas destas rubricas) ser dimensionado e faseado ao longo do projecto.

	VALOR/ANO	INVESTIMENTO/PONTUAL	TOTAL
R1 – Recursos Humanos	70.000,00 €	-	140.000,00 €
R2 – Equipamento	-	7.500,00 €	7.500,00 €
R3 – Custos Gerais	7.760,00 €	-	15.520,00 €
R4 – Deslocações	14.000,00 €	-	28.000,00 €
R5 – Estudos	-	17.500,00 €	17.500,00 €
TOTAL (24 MESES)			208.520,00 €

De notar que, em nenhuma destas rubricas estão mencionadas quaisquer investimentos ao nível da FASE 2 deste projecto, cuja solução final sairá quer do trabalho a implementar na FASE 1, quer da análise que a própria Câmara Municipal de Sintra possa realizar a partir das infraestruturas atualmente implementadas no local a seleccionar para este projecto **StoneCITI** ⁶.

INVESTIMENTOS ADICIONAIS

Ao nível do investimento adicional, principalmente por parte das **empresas**, mas igualmente por parte das entidades como **IST**, está previsto efectuar-se assim que existirem condições físicas para a sua devida implementação (sobretudo ao nível das FASE 3 E FASE 4 deste projecto).

Os investimentos previstos são os seguintes (no mesmo prazo definido para os investimentos acima mencionados – 24 meses):

- Infraestruturas tecnológicas para Laboratório de Materiais e Produtos
 - o Obras e adaptações – 100 k€
 - o Equipamentos – 150 k€
 - o Meios humanos envolvidos – 150 k€
- Infraestruturas tecnológicas para Laboratório de Tecnologias de Produção
 - o Obras e adaptações – 70 k€
 - o Equipamentos – 250 k€
 - o Meios humanos envolvidos – 200 k€
- Infraestruturas de apoio à Formação
 - o Obras e adaptações – 50 k€
 - o Equipamentos – 50 k€
- Infraestruturas de apoio à criação de negócio
 - o Obras e adaptações – 100 k€ (este valor pode rapidamente incrementar dependendo da rápida mobilização de empresas para o local a implementar projecto **StoneCITI**)
 - o Equipamentos – 500 k€ (este valor estará associado ao investimento dos projectos empresariais a implementar no projecto **StoneCITI**)

Em termos concretos, esta análise implica um investimento direto das entidades envolvidas através da Associação que ronda Um Milhão de Euros (1.000.000 Euros), bem como um investimento indireto por via da criação de negócio que, numa lógica de implementação do projecto em 24 meses, poderá ascender numa primeira fase aos 600.000 Euros.

⁶ À data da emissão deste documento estratégico que suporta o desenvolvimento de um protocolo a realizar entre a Câmara Municipal de Sintra e Associação ap², existe um local (espaço Industrial Pardal Monteiro) que parece conter as condições adequadas para a implementação do projecto, havendo por isso necessidade de perceber qual a melhor forma de ser operacionalizado este processo.

Reunião de

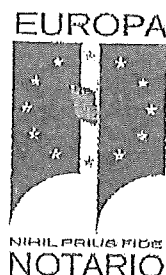
05 NOV, 2019

Docº Agendado com o
Hº 60

Reunião de

03 OUT, 2018

Docº Agendado com o
Nº 15.0.4



Notária
Marta Jorge
Cartório Notarial de Sintra
(Mem Martins)

CERTIFICA

Eu, abaixo-assinado, Maria de Lurdes Fernandes de Deus Teixeira, devidamente autorizada pela Notária Marta Susana da Costa Jorge, nos termos do art. 8.º do Decreto-Lei 26/2004 de 04 de Fevereiro, **CERTIFICO** que, a fotocópia apensa a esta certidão está conforme o original, e contém **VINTE E DUAS** folhas, por mim numeradas e rubricadas, que foi extraída neste Cartório da escritura exarada de folhas **CINQUENTA E SEIS** a folhas **CINQUENTA E SETE** do Livro de **ESCRITURAS Diversas CINQUENTA E SEIS - A**, deste Cartório Notarial. Contem documento complementar.

Mem Martins, 21 de fevereiro de 2018

A Colaboradora, com delegação de poderes

Número de Inscrição na Ordem dos Notários: 392/7

Conta registada sob o PB 4526 / 2018

Rua Malva Rosa, 34 A, 2725-369 Mem Martins

Telefone: 21 926 16 90 Fax: 21 926 16 91

NIF 204145660

Email: marta.jorge.notaria@gmail.com

Reunião de

05 NOV. 2019

Docº Agendado com o

Nº 40

Reunião de

03 OUT. 2018

Docº Agendado com o

Nº

15.0.4

Averbamento nº. 1- Esta escritura foi RATIFICADA por instrumento arquivado hoje, neste Cartório,
no maço de averbamentos do corrente ano,
Mem Martins, aos vinte e um de fevereiro de dois mil e dezoito
A Notária: *[assinatura]*

[assinatura]

Liv. 53-1
Fls. 56

CONSTITUIÇÃO DE ASSOCIAÇÃO

____ No dia **quinze de dezembro de dois mil e dezassete**, na Rua Casal dos Ossos, em Pero Pinheiro, União das Freguesias de Almargem do Bispo, Pero Pinheiro e Montelavar, concelho de Sintra, perante mim, **Marta Susana da Costa Jorge**, Notária do Cartório Notarial de Sintra, situado em Mem Martins, na Rua da Malva Rosa, número trinta e quatro - A, compareceram como outorgantes: _____

____ A) Professor Doutor **ARLINDO MANUEL LIMEDE DE OLIVEIRA**, NIF 180.213.806, casado, natural de Angola, residente na Praceta de Copacabana, número 3, 4º direito, Portela, Loures. _____

____ Que outorga, na qualidade de presidente, em representação do **INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO**, pessoa colectiva de direito público, integrada na Universidade de Lisboa, com sede na Rua Rovisco Pais, em Lisboa, freguesia de Areeiro, concelho de Lisboa, com o NIPC 501 507 930, qualidade e poderes que verifiquei por ata do termo de posse conferida pelo Reitor da Universidade e pela ata do Conselho de Escola (com o parecer favorável do Conselho de Gestão), no exercício das competências consignadas no artigo 10º dos respectivos estatutos publicados no Diário da república, 2ª série de 25 de setembro de 2013. _____

____ B) **TELMO FRANQUELIM SILVESTRE DA SILVA**, NIF 209.584.050, casado, natural da freguesia de Almargem do Bispo, concelho de Sintra, residente na Quinta Portela, Godinheira, Santo Estevão das Galés; e _____

____ **CARLOS ALBERTO BARRANHÃO PORTELA**, NIF 152.745.033, casado, natural da freguesia de Montelavar, concelho de Sintra, residente na Rua _____

Reunião de

05 NOV. 2019

Docº Agendado com o
Nº 40

Reunião de

03 OUT. 2018

Docº Agendado com o
Nº E.0.4

Francisco Rodrigues Gomes, 19, Vale de Lobos, Almargem do Bispo, Sintra. _____

Que outorgam como gestores de negócio da ASSIMAGRA - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS INDUSTRIAIS DE MÁRMORES, GRANITOS E RAMOS AFINS, pessoa colectiva com o NIPC 500 834 938, com sede na Rua Aristides de Sousa Mendes, número 3-B, 1º Direito, em Lisboa, freguesia de Carnide, concelho de Lisboa. _____

Verifiquei a identidade dos outorgantes por exibição respetivamente dos cartões de cidadão números 08418719 0 ZY4, válido até 23/04/2019, 10585664 9 ZX4, válido até 02/11/2020 e 05188906 4 ZY1, válido até 17/04/2022, emitidos pela Republica Portuguesa. _____

PELOS OUTORGANTES, NAS QUALIDADES EM QUE OUTORGAM, FOI DITO: _____

Que pela presente escritura as entidades que representam (Instituto Superior Técnico e a associação "Assimagra") constituem uma associação de direito privado, sem fins lucrativos e duração ilimitada, nos termos dos números seguintes: _____

1º. A associação adopta a denominação de AITPN-ASSOCIAÇÃO PARA A INOVAÇÃO E TECNOLOGIA EM PEDRA NATURAL. _____

2º. O NIPC que lhe corresponde é o 514 682 167. _____

3º. A sede social é na Rua Casal dos Ossos, Edifício Multiusos, 2715-083 Pero Pinheiro, união das Freguesias de Almargem do Bispo, Pero Pinheiro e Montelavar, concelho de Sintra. _____

4º. Os bens com que os associados concorrem para o património social, o fim da pessoa coletiva, a forma do seu funcionamento e as demais cláusulas

Reunião de

05 NOV. 2019

Docº Agendado com o

Nº 40

Reunião de

03 OUT. 2018

Docº Agendado com o

Nº E.O. 4

Liv. 53-A
Fls. 57

estatutárias pelas quais ficará a reger-se vão exaradas em documento complementar – elaborado nos termos do disposto no artigo 64º do Código do Notariado – que apresentaram e cujo conteúdo conhecem perfeitamente. _____

____ 5º. Em tudo o que não esteja contemplado nos estatutos aplicar-se-ão as disposições legais sobre o direito de associação e sobre associações. _____

____ **Adverti** os outorgantes de que o presente ato é ineficaz em relação à dona do negócio "Assimagra" se não for por ela ratificado. _____

____ **ARQUIVO:** _____

____ a) ata do Conselho de Escola do Instituto Superior Técnico, acompanhada do Parecer do Conselho de Gestão; _____

____ b) Termo de posse; _____

____ c) Documento complementar com o articulado dos estatutos. _____

____ **EXIBIRAM:** _____

____ Certificado da admissibilidade da denominação social, emitido em 14 de dezembro de 2017, com o código 6842-2412-2347. _____

____ Esta escritura foi lida aos outorgantes e aos mesmos explicado o seu conteúdo. _____

x Armando Oliveira

L. F. L. S.
GIL

A Notária

Paula Soares da Costa

Conta registada sob o nº PB.4.524/2017 se

Reunião de

05 NOV. 2019

Doctº Agendado com o
Nº 40

Reunião de

03 OUT. 2010

Doctº Agendado com o
Nº E.O.4

Doc. Nº 65 Fls. 209
Liv. 53-A Fls. 56

DOCUMENTO COMPLEMENTAR ELABORADO NOS
TERMOS DO NÚMERO DOIS DO ARTIGO SESSENTA E
QUATRO DO CÓDIGO DO NOTARIADO E QUE FAZ PARTE
INTEGRANTE DA ESCRITURA LAVRADA EM QUINZE DE
DEZEMBRO DE DOIS MIL E DEZASSETTE, COM INICIO A
FOLHAS CINQUENTA E SEIS DO LIVRO DE ESCRITURAS
DIVERSAS NÚMERO CINQUENTA E TRÊS- A, DO
CARTÓRIO NOTARIAL DE SINTRA (MEM MARTINS), A
CARGO DA NOTÁRIA MARTA SUSANA DA COSTA JORGE

Reunião de

05 NOV. 2019

Docº Agendado com o
Nº 40

Reunião de

03 OUT. 2018

Docº Agendado com o
Nº 15.0.4

Doc. Nº _____ Fls. 00
Livº _____ Fls. _____

ESTATUTOS

AITPN - Associação para a Inovação e Tecnologia em Pedra Natural

CAPÍTULO I- Disposições Gerais

Artigo 1º

Denominação

A AITPN - Associação Para a Inovação e Tecnologia em Pedra Natural é uma associação de direito privado, sem fins lucrativos e de duração ilimitada, constituída ao abrigo das disposições legais sobre o direito de associação e sobre associações, e que se regerá pelos presentes estatutos e pela legislação aplicável.

Artigo 2º

Sede

1. A Associação abrange todo o território nacional, tem a sua sede na Rua Casal dos Ossos, Edifício Multiusos, 2715-083 Pero Pinheiro, união das freguesias de Almargem do Bispo, Pero Pinheiro e Montelavar, concelho de Sintra, podendo alterar o local da sua sede, bem como criar delegações ou abrir outras formas de representação social onde se mostre conveniente para a prossecução dos seus objetivos, mediante deliberação da direção.
2. A associação poderá fillar-se em organismos nacionais ou internacionais com objeto afim ou convergente.

Artigo 3º

Objeto

1. A Associação tem por objeto contribuir, por todos os meios adequados para:
 - a) A criação de atividades e projetos de desenvolvimento tecnológico, logístico, operacional da indústria da pedra natural e na valorização e gestão dos recursos minerais em Sintra;

Reunião de

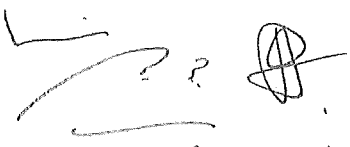

05 NOV. 2019

Docº Agendado com o
Nº 40

Reunião de

03 OUT. 2018


Docº Agendado com o
Nº E.O.4

- 
- b) O incremento de um nome ou marca distintivo para a indústria pedra natural e demais recursos minerais de Sintra, com as devidas repercussões no plano nacional e internacional;
 - c) A promoção, direta ou indireta, por si ou em colaboração com entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, do empreendedorismo nos sectores mais emergentes;
 - d) A promoção e divulgação, nacional e internacional, da indústria pedra natural e demais recursos minerais de Sintra e da respetiva indústria;
 - e) A criação das condições tendentes à existência e realização de desenvolvimento formativo que viabilizem os objetivos mencionados nas alíneas anteriores, incluindo atividades de consultoria e serviços de formação;
 - f) A gestão de fundos, programas e instrumentos financeiros ou empresariais que se enquadrem nos objetivos mencionados nas alíneas anteriores.
- 

Artigo 4º

Atribuições

A Associação desenvolverá as atividades tendentes e necessárias à prossecução do seu objeto, nomeadamente as seguintes:

- a) Promover a reflexão, estudo e investigação sobre a indústria pedra natural e demais recursos minerais e o desenvolvimento local que lhe está associado, no sentido de projetar os resultados obtidos ao nível nacional e internacional;
 - b) Promover, apoiar, acompanhar e executar programas de formação profissional;
 - c) Promover o intercâmbio e o desenvolvimento de atividades de cooperação com associações e organismos nacionais ou estrangeiros que visem objetos similares;
 - d) Promover, participar e organizar eventos e outras iniciativas enquadradas no objeto e atribuições da associação, bem como conceber e elaborar as respetivas publicações;
 - g) A criação de atividades de divulgação, culturais ou outras associadas às indústrias de Sintra e atividades com ela conexas, no qual poderá ser incluída uma vertente comercial e/ou promocional;
 - h) Desenvolver as demais atividades necessárias à prossecução do respetivo objeto.
- 

Artigo 5º

Reunião de

05 NOV. 2019

Docº Agendado com o
Nº 40

Reunião de

03 OUT. 2018

Docº Agendado com o
Nº E.O. 4

Capacidade

A capacidade da Associação abrange todos os direitos e obrigações necessários ou convenientes à prossecução dos seus fins.

CAPÍTULO II- Dos Associados

Artigo 6º

Associados

1. A Associação será formada por três tipos de sócios:
 - a) Associados fundadores – são associados fundadores da Associação:
 - ASSIMAGRA e o Instituto Superior Técnico IST.
 - b) Associados efetivos – as pessoas singulares ou coletivas que se proponham e sejam admitidas pela Direção, nos termos previstos nos presentes Estatutos;
 - c) Associados beneméritos – as pessoas singulares ou coletivas que, em função dos respetivos contributos, venham a ser reconhecidas como tais em Assembleia Geral e pela maioria dos associados presentes.

Artigo 7º

Admissão Associados

- 1- A admissão dos associados é da competência da Direção, a pedido dos interessados sendo aprovada pela maioria dos seus membros.
- 2- O requerimento de admissão deverá ser efetuado por escrito e dirigido à Direção, sendo acompanhado da documentação comprovativa do preenchimento das condições de admissão.
- 3- A Direção delibera no prazo de 20 dias úteis, contados após a receção do pedido de admissão, notificando o requerente da decisão que deverá ser sempre fundamentada.
- 4- Das deliberações da Direção, relativas à admissão de novos associados, cabe recurso para a Assembleia Geral que tenha lugar imediatamente a seguir, o qual pode ser interposto por qualquer interessado no prazo de 10 dias úteis após a notificação do indeferimento.
- 5- A admissão considera-se efetiva na data do pagamento da jóia de inscrição.

Artigo 8º

Reunião de

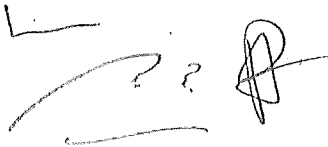
05 NOV. 2019

Docº Agendado com o
Nº 40


Reunião de

03 OUT. 2018

Docº Agendado com o
Nº E.O. 4



Representação associados

- 1 – Os associados são representados na Associação por quem indicarem, até ao limite máximo de três pessoas, mediante carta dirigida ao Presidente da Assembleia Geral.
 - 2 - Os associados poderão ainda fazer-se representar, nos termos da lei geral civil, através de mandato.
- 

Artigo 9º

Direitos dos Associados

1. Para além dos previstos na Lei, constituem direitos dos Associados fundadores e efetivos, nomeadamente:
 - a) Eleger e ser eleito para cargos dos órgãos sociais da associação, nos termos destes estatutos;
 - b) Requerer a convocação das assembleias gerais extraordinárias, nos termos estatutários;
 - c) Participar na Assembleia-Geral e nas atividades da Associação;
 - d) Solicitar as informações e esclarecimentos considerados necessários relativamente à forma como se processa a atividade da Associação e respetivos resultados;
 - e) Exercer os poderes previstos nos presentes estatutos e nos regulamentos internos da Associação;
 - f) Auferir dos benefícios da atividade da Associação;
 - g) Propor alterações aos estatutos da Associação;
 - h) Apresentar propostas e sugestões consideradas úteis ou necessárias à prossecução do objeto estatutário;
 - i) Examinar as contas da Associação nos oito dias anteriores à Assembleia Geral destinada a apreciar e votar o relatório e as contas.
2. Os associados beneméritos poderão assistir às Assembleias Gerais, apenas a convite da Direção e sem direito de voto.

Artigo 10º

Deveres dos Associados

São deveres dos associados, para além dos previstos na lei:

- a) Abster-se da prática de quaisquer atos contrários à prossecução dos fins da Associação;

Reunião de

05 NOV. 2019

Docº Agendado com o
Nº 40

Reunião de

03 OUT. 2018

Docº Agendado com o
Nº E.O.4

- b) Pagar pontualmente a joia de inscrição e as quotas, bem como as taxas que eventualmente sejam devidas pela utilização dos serviços da Associação, fixadas em regulamento aprovado pela Assembleia Geral;
- c) Acatar as resoluções dos órgãos da Associação dentro da esfera da sua competência;
- d) Prestar à Associação toda a colaboração necessária para a prossecução da sua atividade;
- e) Exercer, salvo motivo justificado, os cargos para que sejam eleitos nos órgãos da Associação;
- f) Em geral, observar os estatutos e regulamentos da Associação e cumprir as deliberações da Assembleia Geral.
- g) Participar na Assembleia Geral.

Artigo 11º

Abandono ou perda da Qualidade de associado

1. A saída de qualquer dos membros da associação só poderá verificar-se após comunicação nesse sentido à mesa da Assembleia Geral.
2. A comunicação prevista no número anterior deverá ser efetuada com pelo menos três meses de antecedência em relação à data de abandono da Associação, mantendo nesse período o associado as suas obrigações, direitos e deveres.
3. Perde a qualidade de associado qualquer membro que deixe de prosseguir o objeto da Associação e/ou tenha praticado atos contrários ao seu objeto ou suscetíveis de afetar gravemente o prestígio da mesma Associação.
4. A suspensão ou exclusão de qualquer associado será decidida ou ratificada em Assembleia Geral.
5. Perde ainda a qualidade de associado o que, tendo em débito mais de três meses de quotas não regularizar o débito dentro do prazo que por carta registada lhe for comunicado pela direção.

CAPÍTULO III- ORGÃOS

Artigo 12º

Órgãos

- 1 - São órgãos sociais da associação:

Reunião de

05 NOV, 2019

Docº Agendado com o
Nº 40

Reunião de

03 OUT, 2018

Docº Agendado com o
Nº E.D. 4

- L 2 3
- a) A Assembleia Geral;
 - b) A Direção;
 - c) O Conselho Fiscal;
 - d) O Conselho Superior.

2- A mesa da Assembleia Geral e os demais órgãos são eleitos pelo período de 3 anos.

Secção I- Assembleia Geral

Artigo 13º

Assembleia Geral

1 – A Assembleia Geral é constituída por todos os associados, com direito de voto, no pleno gozo dos seus direitos, sendo dirigida por uma mesa.

2 – A Assembleia geral é o órgão supremo da associação e as suas deliberações tomadas nos termos legais e estatutários são obrigatórias para os restantes órgãos sociais da associação e para todos os associados.

3 – Qualquer associado poderá fazer-se representar por outro associado na Assembleia Geral, mediante simples carta dirigida ao Presidente da mesa e por este recebida, com a antecedência mínima de vinte e quatro horas em relação à hora fixada para o início dos trabalhos.

Artigo 14º

Competências da Assembleia Geral

Sem prejuízo do disposto na Lei e nos estatutos, compete à assembleia Geral nomeadamente:

- a) Eleger, por escrutínio secreto e em lista plurinominal, os órgãos sociais na Assembleia geral ordinária de março;
- b) Apreciar e votar anualmente até 31 de março o relatório e contas apresentado pela Direção e o relatório de atividades relativo ao ano anterior;
- c) Votar a proposta de plano de atividades e de orçamento da Associação para o ano seguinte;
- d) Definir as linhas de orientação da associação no que toca à prossecução do seu objeto;
- e) Interpretar e alterar os presentes estatutos;
- f) Fixar, mediante proposta da direção o valor da quota;
- g) Mudar a sede da associação, por proposta da direção;

Reunião de
03 OUT, 2018

Docº Agendado com o
Nº 15.0.4

Reunião de
05 NOV, 2019

Docº Agendado com o
Nº 40

- h) Apreciar, decidir e ratificar o recurso de qualquer associado alvo de processo de exclusão de acordo com o disposto no artigo 11º dos estatutos;
- i) Determinar a dissolução da associação, de acordo com as disposições previstas no artigo 50º destes estatutos;
- j) Destituir a Direção, o Conselho Fiscal e a Mesa da Assembleia geral;
- k) Aprovar a abertura de delegações, bem como o seu regime de funcionamento e de gestão, mediante proposta da Direção ou de pelo menos três associados;
- l) Apreciar e votar, sob proposta da Direção, o regulamento interno da Associação;
- m) Aprovar a admissão de novos associados, mediante proposta da direção;
- n) Aprovar a adesão da Associação a outras Instituições de caris associativo;
- o) Promover a substituição de elementos que perderam a qualidade de associados ou que abandonaram a associação e que compunham algum dos seus órgãos sociais;
- p) Participar no capital social de sociedades ou outras entidades de carácter privado que, ainda que com um objeto social diferente, contribuam para a prossecução do objeto social da Associação;
- q) Pronunciar-se sobre os assuntos que interessem à Associação, sem prejuízo das competências previstas na Lei e nos estatutos;
- r) Outras competências previstas na lei e nos estatutos;
- s) Deliberar sobre quaisquer assuntos para que tenha sido convocada e que não se compreendam nas atribuições legais ou estatutárias de outros órgãos da associação.

Artigo 15º

Do funcionamento da Assembleia Geral

- 1 – A mesa da Assembleia Geral é constituída por um presidente e dois secretários.
- 2 – Incumbe ao presidente, a requerimento da direção, convocar as Assembleias Gerais e dirigir os respetivos trabalhos.
- 3- Incumbe aos secretários coadjuvar o presidente no exercício das suas atribuições e assegurar todo o expediente relativo às Assembleias Gerais.
- 4 – A Assembleia Geral reúne-se ordinariamente uma vez em cada ano, até 31 de Março, para apreciar e votar o relatório e contas da Direção e o parecer do Conselho Fiscal relativos ao exercício anterior, para ratificar ou alterar o orçamento para o ano em curso e, quando seja caso

Reunião de

05 NOV, 2019

Docº Agendado com o
Nº 40

Reunião de

03 OUT, 2018

Docº Agendado com o
Nº

F. O. 4

disso, para proceder à eleição dos titulares dos órgãos da Associação que por ela devam ser eleitos.

5 – Extraordinariamente, a Assembleia Geral reúne sempre que convocada pelo presidente, a pedido da Direção, do Conselho Fiscal, ou de pelo menos um quarto dos associados no pleno gozo dos seus direitos.

6 - A Assembleia Geral é convocada por meio de aviso -postal expedido para a sede de cada um dos associados, que constar da escrita e documentos da Associação, devendo os avisos ser expedidos com antecedência não inferior a dez dias em relação à data fixada para a reunião.

7 - Os avisos indicarão o dia, hora e local da reunião e a respetiva ordem de trabalhos.

8 - A Assembleia Geral só pode constituir-se em primeira convocação estando presentes, pelo menos, metade dos associados. Em segunda convocação, que só poderá ter lugar, pelo menos uma hora depois da hora marcada para a primeira reunião, a Assembleia pode constituir-se com qualquer número de associados presentes.

9 – As deliberações da Assembleia Geral são tomadas por maioria absoluta dos votos atribuídos aos associados presentes, salvo disposição legal ou estatutária que exija maioria mais qualificada, e as votações podem ser nominais, por escrutínio secreto ou por levantados e sentados.

10 – As votações por escrutínio secreto terão obrigatoriamente lugar quando se trate de eleições.

11 – As votações nominais só terão lugar quando requeridas por qualquer associado.

12– Cada associado dispõe de um voto.

SECÇÃO II- Direção

Artigo 16º

Constituição e funcionamento da direção

1 -A Direção é o órgão de administração e representação da associação e é constituída por um número ímpar de membros, no mínimo de cinco, sendo:

- a) Um presidente;
- b) dois vice-presidentes;
- c) Um tesoureiro
- d) Um secretário

Reunião de

03 OUT. 2018

Docº Agendado com o

Nº

E. O. 4

Reunião de

05 NOV. 2019

Docº Agendado com o

Nº 40

Doc. Nº _____ Fls. 314
Livº _____ Fls. _____

2 – A Direção é eleita trienalmente pela Assembleia Geral, devendo a lista candidata indicar as funções para que cada elemento será eleito.

3- Na primeira reunião de direção é eleito o vice-presidente que substituirá o Presidente nas suas faltas e impedimentos.

4- A direção reunirá em sessão ordinária uma vez por mês e extraordinariamente sempre que para tal seja convocada pelo presidente, ou, na sua ausência, pelo seu substituto.

5- Para a direção reunir validamente deverão estar presentes três membros da direção, um dos quais o presidente, sendo as deliberações tomadas por maioria simples, tendo o presidente voto de qualidade.

6- Para obrigar a associação são necessárias e suficientes as assinaturas de dois dos membros da direção, sendo um deles o seu presidente ou no seu impedimento, o seu substituto expresso.

Artigo 17º

Competências da direção

1. Compete à Direção, praticar todos os atos convenientes á prossecução dos fins da associação, designadamente:

- a) Representar a associação em juízo e fora dele, podendo a Direção, quando o entender, delegar essa representação;
- b) Criar, organizar e dirigir os serviços da Associação;
- c) Cumprir e fazer cumprir as disposições legais e estatutárias;
- d) Definir, orientar e fazer executar a atividade da associação de acordo com o plano de atividades e as linhas gerais traçadas e aprovadas pela Assembleia Geral;
- e) Apresentar anualmente à Assembleia Geral o Plano de atividades, o Orçamento, o Relatório e contas, bem como as propostas que entenda necessárias para a boa prossecução dos fins da Associação;
- f) Dar resposta atempada a todos os assuntos apresentados pelos associados e que se compreendam no âmbito dos presentes estatutos;
- g) Praticar todos os atos convenientes para a prossecução dos fins e objetivos da associação;

Reunião de

05 NOV. 2019

Docº Agendado com o
Nº 40

Reunião de

03 OUT. 2018

Docº Agendado com o
Nº E.O. 4

- h) Propor o estabelecimento de delegações e as suas condições de funcionamento e gestão;
- i) Propor à Assembleia geral a aquisição, alienação, permuta ou oneração de bens imóveis;
- j) Obter, nos termos da lei, financiamento ou empréstimos para a realização do objeto da Associação, mediante prévia autorização da Assembleia Geral;
- k) Estabelecer protocolos de colaboração com outras entidades, celebrar contratos e acordos com pessoas singulares ou coletivas, designadamente com o Estado Português, no âmbito de subvenções nacionais ou da União Europeia cuja administração ou execução caiba à Associação;
- l) Gerir os recursos humanos, admitir pessoal, coordenar o trabalho dos técnicos ao serviço da Associação, celebrar contratos de trabalho, de avença e de prestação de serviços;
- m) As demais competências que se mostrem necessárias à execução de programas e projetos incluídos no objeto e atribuições da Associação.

2. A Direção pode delegar num Diretor Executivo as competências especificadas no artigo 19º dos presentes estatutos.

SUBSECÇÃO I - Diretor Executivo

Artigo 18º

Diretor Executivo

A Direção poderá nomear um diretor executivo, com direito a remuneração, não carecendo este de ter a qualidade de associado.

Artigo 19º

Competências Diretor Executivo

O diretor executivo exerce as competências que a Direção entenda delegar-lhe.

Reunião de

05 NOV. 2019

Docº Agendado com o
Nº 40

Reunião de

03 OUT. 2018

Docº Agendado com o
Nº E.O. 4

Doc. Nº _____ Fls. 215
Livº _____ Fls. _____

SECÇÃO III - Conselho Fiscal

Artigo 20º

Conselho Fiscal

1. O conselho Fiscal é o órgão de fiscalização e controlo da Associação.
2. O Conselho Fiscal é constituído por um Presidente e dois Vogais eleitos em lista plurinominal, através de escrutínio secreto de entre os associados com direito a voto, devendo um dos seus membros efetivos ser Técnico Oficial de Contas, Revisor Oficial de Contas ou licenciado na área das ciências económicas, da contabilidade ou gestão de empresas.
3. Compete ao Conselho Fiscal designadamente:
 - a) Examinar, quando o julgue conveniente, a escrita e documentação da Associação;
 - b) Pronunciar-se sobre qualquer assunto que lhe seja submetido pela Direção ou Assembleia Geral;
 - c) Emitir parecer sobre o Relatório e Contas de exercício, o Plano de Atividades e o Orçamento do ano seguinte;
 - d) Zelar pela correta aplicação das regras legais e estatutárias e das deliberações da Assembleia Geral;
 - e) Acompanhar a ação da direção, com ela colaborando quando para tanto seja solicitado, e participar nas suas reuniões, sempre que considerar oportuno;
4. O conselho Fiscal reunirá pelo menos uma vez por semestre e sempre que para tal for convocado pelo seu Presidente e a pedido da Direção-
5. As deliberações do conselho fiscal são tomadas por maioria simples de votos, tendo o seu Presidente voto de qualidade, quando necessário.

Secção IV- Conselho Superior

Artigo 21º

Conselho superior

Reunião de

05 NOV. 2019

Docº Agendado com o
Nº 40

Reunião de

03 OUT. 2018

Docº Agendado com o
Nº E.O. 4

O Conselho Superior é o Órgão de aconselhamento estratégico da Associação, é composto por personalidades de reconhecida idoneidade, competência e mérito em Portugal e tem como função o aconselhamento nos domínios económico, técnico, científico e cultural, bem como nas questões relativas à prossecução dos fins da Associação.

Artigo 22º

Composição

1. O Conselho Superior é composto por personalidades prestigiadas, tendo um Presidente, um Vice-Presidente e Vogais, em numero impar.
2. Os membros do Conselho Superior são propostos pela Direção e aprovados em Assembleia Geral.
3. Os Associados Fundadores, bem como os Presidentes da Mesa da Assembleia Geral, da Direção e do Conselho Fiscal são membros do Conselho Superior por inerência.

Artigo 23º

Competência

Compete ao Conselho Superior:

- a) Colaborar na definição das estratégias a adotar pela Associação, bem como emitir pareceres sobre matérias específicas, solicitados pela direção;
- b) Contribuir para a obtenção de padrões de elevada qualidade na execução dos vetores estratégicos da Associação;
- c) Apoiar a comunicação e divulgação das ações promovidas pela Associação.

Artigo 24º

Funcionamento

O Conselho Superior reunirá ordinariamente uma vez por ano ou extraordinariamente sempre que tal seja solicitado pela Direção.

SECÇÃO V- Eleição e destituição

Reunião de

05 NOV. 2019

Docº Agendado com o
Nº 40

Reunião de

03 OUT. 2018

Docº Agendado com o
Nº

E.O.4

Artigo 25º

Eleição

- 1 – É sempre permitida a reeleição para qualquer cargo da Associação, mas não é permitida a acumulação de cargos eletivos.
- 2 – Todos os Cargos de eleição, à exceção do diretor executivo, são exercidos gratuitamente, mas os seus titulares têm direito ao reembolso das despesas que efetuarem quando em serviço ou representação da Associação.
- 3 – O mandato da mesa da assembleia geral, da direção, do conselho fiscal e do conselho superior é de 3 anos, sendo permitida a sua reeleição sucessiva.
- 4 – As candidaturas dos titulares dos órgãos da Associação deverão ser integradas em listas, subscritas por, pelo menos, cinco associados no pleno gozo dos seus direitos e apresentada ao presidente da Assembleia Eleitoral com antecedência não inferior a dez dias em relação à data da reunião.
- 5 – As listas, deverão conter indicação dos cargos a que se candidata cada um dos associados propostos.
- 6 – No caso de não serem atempadamente apresentadas quaisquer listas pelos associados, deverão os membros cessantes da Direção subscrever e apresentar, até cinco dias antes das eleições, as listas candidatas.

Artigo 26º

Destituição

- 1- Os membros dos corpos gerentes da Associação podem ser destituídos, a todo o tempo, por deliberação da Assembleia Geral, a qual deverá ser expressamente convocada para o efeito.
- 2- A Assembleia geral pode deliberar a destituição de todos ou apenas de parte dos membros de qualquer dos corpos gerentes da Associação.
- 3- A deliberação relativa à destituição de membros dos corpos gerentes da Associação deverá ser aprovada por maioria não inferior a dois terços do número de todos os associados.
- 4- A mesma Assembleia Geral que destituir quaisquer membros dos corpos gerentes da Associação deverá prover as vagas resultantes da destituição até ao final do triénio em curso.
- 5- A destituição de membros dos corpos gerentes da Associação só produz efeitos após a eleição dos membros que devam substituí-los.

Handwritten signature and scribbles.

Reunião de
05 NOV. 2019
Docº Agendado com o
Nº 40

CAPITULO V- Regime Disciplinar

Artigo 27º

Sanções

1- As infrações às regras estabelecidas nestes estatutos e nos regulamentos da Associação, bem como às deliberações dos órgãos sociais, são aplicáveis as seguintes sanções:

- a) Repreensão;
- b) Multa até ao valor de metade da quota anual;
- c) Suspensão até seis meses;
- d) Expulsão.

2- Nenhuma sanção poderá ser aplicada sem precedência de processo disciplinar.

3- A sanção referida na alínea d) do nº 1 antecedente só poderá ser aplicada mediante deliberação da Assembleia Geral, ficando reservada para os casos de grave violação dos deveres fundamentais dos associados.

Artigo 28º

Processo Disciplinar

1- O processo disciplinar será instaurado com base em participação de qualquer associado à Direção ou por iniciativa desta.

2- Compete à Direção designar o instrutor do processo disciplinar que, sempre que possível, será um dos membros do Conselho Fiscal a quem competirá recolher todas as informações e meios de prova ao seu alcance para a descoberta da verdade.

3- Instruído o processo, se o instrutor concluir pela probabilidade de se ter verificado a infracção a de a mesma ser imputável ao arguido, notificará este para, no prazo de dez dias úteis após a receção da notificação apresentar a sua defesa escrita e oferecer os meios de prova que tenha por convenientes.

Reunião de

05 NOV. 2019

Docº Agendado com o
Nº 40

Reunião de

03 OUT. 2018

Docº Agendado com o
Nº

E.O. 4

4- No prazo de dez dias úteis contados da data de apresentação da defesa, o instrutor enviará à Direção o processo com o seu relatório, que deverá concluir por uma proposta, a qual poderá ser de arquivamento do processo ou de sanção a aplicar, em função da gravidade da infração e da culpabilidade do arguido.

Artigo 29º

Decisão

1- Com base no relatório do instrutor do processo e no prazo de 10 dias úteis após a receção do mesmo, a Direção deliberará:

- a) Ou a aplicação de qualquer das sanções referidas nas alíneas a), b) e c) do nº 1 do artigo 41º;
- b) Ou a remessa imediata do processo ao presidente da Assembleia Geral com a proposta de expulsão do arguido.

2- A proposta da Direção referida na alínea b) do nº 1 antecedente deverá ser discutida e votada na primeira Assembleia Geral que tiver lugar após a remessa do processo com aquela proposta ao respetivo presidente.

3- Enquanto o processo não for apreciado pela Assembleia Geral, o arguido ficará suspenso, não podendo exercer os direitos inerentes à sua qualidade de associado.

4- De qualquer sanção que lhe seja aplicada, bem como da remessa do processo ao presidente da Assembleia Geral, deverá o arguido ser notificado pela Direção no prazo de três dias.

Artigo 30º

Responsabilidade

A aplicação de qualquer das sanções disciplinares não afasta a responsabilidade pelo pagamento das indemnizações devidas pelos prejuízos causados à Associação.

Artigo 31º

Readmissão

O associado expulso da Associação na sequência de processo disciplinar só poderá ser readmitido mediante deliberação da Assembleia Geral favorável à readmissão e desde que pague nova joia de inscrição.

Reunião de

05 NOV. 2019

Doc.º Agendado com o
Nº 40

Reunião de

03 OUT. 2018

Doc.º Agendado com o
Nº E.O.4

CAPITULO VI- Regime Financeiro

Artigo 32º

Exercício anual

O exercício anual coincide com o ano civil.

Artigo 33º

Património e Fundos

1-Constituem receitas da Associação:

- a) O produto das joias e das quotas dos associados;
- b) As contribuições extraordinárias;
- c) Quaisquer subvenções e quaisquer outros proventos, fundo, donativos ou legados que lhe venham a ser atribuídos;
- d) As provenientes da organização de atividades e prestação de serviços, vendas de produtos ou patrocínios;
- e) O produto de empréstimos contraídos junto de entidades autorizadas à concessão de crédito;
- f) As receitas provenientes da gestão de património imobiliário e mobiliário próprio ou que, a qualquer título, lhe tenha sido cedido, designadamente rendas

2- O montante das joias e das quotas é determinado conforme deliberação da Direção.

Artigo 34º

Despesas

1-As despesas da Associação são as necessárias ou convenientes à execução destes estatutos e dos regulamentos da Associação, incluindo vencimentos do pessoal, honorários, encargos de representação e expediente, bem como quaisquer outras não previstas, mas sempre dentro das dotações orçamentadas.

Reunião de

05 NOV. 2019

Docº Agendado com o
Nº 40

Reunião de

03 OUT. 2018

Docº Agendado com o
Nº 15.0.4

22

2-Todas as Importâncias arrecadadas pela Associação serão depositadas em estabelecimentos bancários, devendo, contudo, existir em caixa a quantia que, no entender do tesoureiro, seja conveniente.

3- Os levantamentos serão efetuados por ordens assinadas por dois membros da Direcção.

CAPITULO VII- Dissolução Da Associação e Alteração Dos Estatutos

Artigo 35º

Extinção

1 – A Associação extingue-se nos casos legais, sendo a liquidação efetuada nos termos de deliberação da Assembleia Geral, com observância do seguinte:

- a) Existindo bens que lhe tenham sido doados ou deixados com qualquer outro encargo, ou que esteja afetos a um certo fim, o Tribunal, a requerimento do Ministério Público, dos liquidatários, de qualquer associados ou interessado, ou ainda de herdeiros do doador ou do autor do testamento, atribui-los-á, com o mesmo encargo ou afetação, a outra pessoa coletiva.
- b) Os bens não abrangidos pelo disposto na alínea anterior não podem ser distribuídos pelos associados, salvo se estes forem, eles próprios associações.

2 – As deliberações sobre alterações dos estatutos, exigem o voto favorável de três quartos de todos os associados presentes na Assembleia.

3 – As deliberações sobre a dissolução e liquidação da Associação, exigem o voto favorável de três quartos de todos os associados.

4 – As convocatórias com vista à alteração estatutária deverão ser acompanhadas do texto da proposta de alteração.

Artigo 36º

Regulamentos

Para a conveniente execução destes estatutos poderão ser elaborados e aprovados pela direcção os regulamentos que se mostrem necessários.

Reunião de

05 NOV. 2019

Docº Agendado com o
Nº 60

Reunião de

03 OUT. 2018

Docº Agendado com o
Nº E. O. 4

Artigo 37º

Omissões

Em tudo o que os presentes estatutos sejam omissos, são aplicados as normas legais supletivas e o regulamento da associação, caso exista.

Artigo 38º

Foro competente

Em caso de litigio, é competente o foro da comarca da sede da Associação, sem prejuízo das normas imperativas respeitantes á competência dos tribunais.

- Arlindo Olive
- L. S. S.
- G. H.

D. NOTÍCIA

Flaviano de G. J. J.

Reunião de

05 NOV. 2019

Docº Agendado com o

Nº 40

Reunião de

03 OUT. 2018

Docº Agendado com o

Nº

E. O. 4